



BRASIL AGORA



ANO I Nº 4

NOVEMBRO DE 1991 2ª QUINZENA

CR\$ 900,00



CONGRESSO SEM JABES, MAS COM COLLOR

A ESQUERDA DISCUTE COMO MOBILIZAR O POVO
págs. 8 a 10



MISÉRIA CRESCE E APARECE, PÁG. 6 ♦ FUGA PARA O SOL NASCENTE, PÁG. 7 ♦ 40 ACRES EUMA MULA, PÁG. 13

ÁRVORE BOA É ÁRVORE DE PÉ, PÁG. 14 ♦ LUTA NA TERRA SANTA, PÁG. 16

ABRINDO OS PORÕES DA DITADURA

Está se tornando perigosamente comum as pessoas terem saudade dos governos militares. Ante o fracasso dos governos Sarney e Collor fica mais fácil buscar a luz na escuridão. Não é este o caminho que leva à saída, e todos com um mínimo de consciência política e conhecimento da história recente do país, sabem disto. Daí a importância da repercussão que se tem dado às ações para a localização dos desaparecidos políticos naquele período. As novas gerações têm que saber o que é uma ditadura, os descaminhos que ela traça. Conhecer para não serem tentadas a repetir.

Na década de 70, as ditaduras militares do Brasil, Argentina e Chile inventaram a mais perversa das perversões - o desaparecimento político. Desse modo evitaram pressões internas e internacionais contra os abusos do totalitarismo. O silêncio dos mortos e desaparecidos políticos ainda ecoa nas emergentes democracias destes países.

No Brasil ainda temos 144 casos a elucidar - de desaparecidos políticos e de mortos enterrados com nomes falsos. Rubens Paiva, Stuart Angel, Sérgio Furtado, os três irmãos Petit, Honesto Guimarães e tantos outros na imensa galeria produzida pela ditadura militar.

Suas mães, pais, suas famílias merecem - precisam - que os restos mortais lhes sejam entregues para um enterro digno. Estes patriotas precisam ter suas memórias resgatadas. As novas gerações não sabem o que aconteceu. A sociedade brasileira tem o direito de desnudar sua história. Sem isto a democracia não será digna deste nome.

A persistência de familiares e grupos de Direitos Humanos tem mantido o tema em pauta durante todos estes anos. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), da Câmara Municipal de São Paulo, colocou a questão em foco, trazendo importantes revelações. A partir daí, o trabalho da Prefeitura de São Paulo, através do empenho pessoal da prefeita Luíza Erundina, na abertura das valas do Cemitério de Perus, rachou definitivamente as portas dos porões da ditadura.

Este caminho não tem volta e só terminará quando a última das vítimas tiver tido um enterro decente e sua história elucidada. Não se pede revanche. Quer-se o democrático direito ao esclarecimento.

O governo já se mostrou disposto a colaborar - através do presidente da República e dos ministros da Justiça e do Exército. Mas a determinação de abertura dos arquivos do DOPS e DOI-CODI ainda não surtiu qualquer efeito prático. A sociedade tem que cobrar.

Na segunda semana de novembro, a Câmara Federal aprovou nosso requerimento constituindo uma comissão externa de parlamentares que auxiliará na localização dos corpos de mortos e desaparecidos, trabalhando junto com familiares e comissões de direitos humanos. É preciso reescrever a história política do Brasil. Sem subterfúgios.

NILMÁRIO MIRANDA
Deputado Federal (PT/MG)

Congresso e mobilização popular

O 1º Congresso do PT, que começa no próximo dia 27, vai investir boa parte do tempo na busca de alternativas ao governo Collor e na identificação de soluções para a crise brasileira (pág. 3). A preocupação não é só do PT, mas de toda a esquerda, que recusa medidas casuísticas, mas não quer ficar ao sabor das manobras da maioria conservadora no Congresso, que, a seu modo, negocia a "governabilidade" para Collor.

O Congresso sem Jabes Rabêlo é o mesmo Congresso que se compõe, nas questões estratégicas, com o presidente da República. Este é o tema da reportagem de capa desta edição (pág. 8 a 10), que retrata os blocos existentes no Congresso, suas contradições, as negociações com Collor, e analisa as dificuldades do bloco popular minoritário, que discute como colocar o povo.

Movimentação no campo popular é o que não faltou na quinzena: 1) a caravana dos movimentos de moradia levou a Brasília mais de 850 mil assinaturas de apoio ao primeiro projeto de lei de iniciativa popular, para atenuar os problemas dos sem-teto (pág. 6); 2) o Dia Nacional da Consciência Negra, dia 20, foi marcado por várias iniciativas de afirmação (pág. 13), como a onda dos filmes de negros, feitos por diretores de alma negra; em Manaus, o Seminário sobre Meio Ambiente e Desenvol-

vimento da Amazônia, promovido pela bancada federal do PT, questionou a autodenominada "política desenvolvimentista" para a região e proclamou que "árvore boa é árvore em pé", resumindo, simbolicamente, uma alternativa contrária à política de terra arrasada que tem prevalecido. (pág. 14).

Na área econômica, a indexação está de volta. Mas só para impostos e títulos públicos. Para os salários, como sempre, não. Eles continuam a perder, na corrida contra os preços e mais ainda com o avanço da recessão. Mais recessão, aliás, é o que o governo promete ao FML, na nova carta de intenções que apresentou, em busca de um acordo provisório com os credores internacionais e na esperança de um ingresso de 2 bilhões de dólares, que não sairão - nem acordo, nem grana -, antes do ano que vem (pág. 5).

Brasil Agora soma-se à indignação de milhões brasileiros diante do injurioso destempero do presidente Collor, que chamou de "meliantes" o presidente do PT, Lula, e o presidente da CUT, Jair Meneguelli.

O EDITOR

A ILUSTRAÇÃO DA CAPA É DE BARROCO
AGÊNCIA FOLHA/FERNANDO RABÊLO



INDEFINIDO

O formato do **Brasil Agora** não atrai o grande público. Eu perguntaria: por que não, ao invés de um tablóide 16 páginas, um standard 8 páginas? Acho que a venda deve combinar assinaturas com bancas de jornais, além da venda direta por simpaticantes. Mas a militância não leu **Brasil Agora**. Seu alvo também não foi o grande público. Em minha opinião, deveríamos fazer um jornal mais leve, mais claro e objetivo, mais "pra fora". E que não deixe de falar, defender, discutir, mostrar nossas prefeituras.

EWERSON CLAUDIO DE AZEVEDO
Rio de Janeiro, RJ

POUCO SE SALVA

Brasil Agora até o momento não mostrou a que veio. Não é um jornal popular, para sindicalistas, muito menos para os trabalhadores. O jornal é muito formal. Aqui, recordei a pergunta de um leitor: "Cadê a estrela?". Essa estrela tão famosa, nosso guia que já é parte da nossa história... O jornal pode e deve ser inovador, revolucionário, mas sem ser chato. Fica melhor do que ter cara de almofadinha ou *yuppie*. Em papel jornal ficaria bem mais bonito e o preço pesaria menos no nosso bolso.

As manchetes se perdem entre desenhos e não dizem nada. Faltam fotos. Estas são bem mais expressivas e às vezes dizem mais do que palavras. A diagramação é pesada, chata. Quem vê cada

"tijolo" de palavras até desanima na leitura. O conteúdo, ah, este também deixa muito a desejar, com raras exceções, como as belíssimas matérias de Emir Sader e Hélio Doyle sobre Cuba ou a entrevista com Vicentinho.

Temos que construir um modelo de imprensa alternativo. Algo que almejamos numa sociedade melhor. Se, com nosso próprio jornal, temos esse tipo de tratamento, é porque vamos mal das pernas e da cabeça. A indignação cederam lugar ao *soft* e ao *light*! É preciso mudar, companheirada!

CHICO VIGILANTE
Deputado Federal (PT/DF)

FALTA JUSTIÇA

No dia do 2º turno da eleição presidencial, petistas foram presos sob a alegação de estarem distribuindo panfletos em boca de urna, entre eles o meu filho Wilson. Pagamos fiança e eles foram soltos. Correu o processo e, como se pode ver na sentença condenatória de 20/5/91, Wilson foi condenado a 6 meses de detenção a serem cumpridos em regime aberto, devendo permanecer por 5 horas nos sábados e outras 5 nos domingos na delegacia de polícia, enquanto durar a pena, e ainda pagar as custas do processo (Cr\$ 34.628,20). A sentença foi confirmada na segunda instância. Tínhamos esperança na terceira instância, mas nosso advogado em Curitiba perdeu o prazo.

Não podemos deixar em silêncio o ocorrido, porque trata-se

de um fato injusto. Enquanto os petistas estão presos, o pessoal que fez a campanha para o Collor está numa boa.

JONAS ANTONIO DOS SANTOS
Jacarezinho, PR

REVOLUÇÃO ESTUDANTIL

Sou diretor do Grêmio Estudantil da escola estadual Reverendo Jacques Orlando Caminha D'Avila. Há mais ou menos dois meses, realizei um sonho, que creio todo líder estudantil deve ter: consegui publicar um jornal. Hoje não tem mais jornal na escola, pois o patrocínio foi embora. Mas o sonho de revolucionar está na memória da direção do Grêmio. Sugiro que **Brasil Agora** publique uma matéria sobre grêmios estudantis. Acredito que isso incentivará a formação de grêmios, contribuindo para a criação de uma sociedade mais politizada.

CRISTIANO PINANGÉ
São Paulo, SP

ERUNDINA

No grave momento que nos encontramos, em que a ética parece obsoleta, e em consequência, todas as instituições nacionais se vêem envolvidas em notícia de corrupção, é motivo de orgulho para nós brasileiros termos uma prefeita da estatura moral de Erundina. Cabe aqui registrar a vigília cívica que o Rio de Janeiro realizou por ocasião da votação do parecer do TCM pela Câmara

dos Vereadores de São Paulo. O slogan foi: "Honestidade tem nome de mulher nordestina -- Luíza Erundina".

MARILOURDES FORTUNA
Rio de Janeiro, RJ

MAIS PRAZER

Brasil Agora ousou no aspecto da comunicação visual; sua apresentação é muito boa, a organização das matérias é supercriativa, seus conteúdos têm a marca de um jornal que se pretende sério. Quando se acaba de ler algo no jornal, tem-se a nítida impressão de saber da história de fato. Gostaria de dar uns toques: faltou "vivência" no jornal; papos de comportamento, música, programação cultural alternativa, passeios para redescobrir o Brasil, pessoas, esportes, prazeres... As fotos poderiam ser mais bem apuradas tecnicamente.

PAULO AFONSO PEREIRA
Rio de Janeiro, RJ

SAMBISTAS ESQUECIDOS

As matérias que **Brasil Agora** publicou no seu último número, sobre a Nicarágua e a Dinamarca, não teriam sido possíveis sem Paulo Fontes, professor do Instituto Cajamar, que visitou a Dinamarca recentemente; e João Pedro Ricaldes, que está preparando um livro contando o que aconteceu à Nicarágua depois da vitória de Chamorro. Os textos finais são da redação de **Brasil Agora**.

BRASIL AGORA

DIRETOR: JOÃO MACHADO. **EDITOR:** RUI FALCÃO. **EDITOR DE ARTE:** JOCA PEREIRA. **ARTE:** BEATRIZ PESSÓA, CELSO MADEIRA. **REDAÇÃO:** ÁUREA LOPES, FLÁVIO AGUIAR, HÉLIO DOYLE (BRASÍLIA), MOUZAR BENEDITO, RAIMUNDO PEREIRA, VALTER POMAR. **SECRETARIA:** ADÉLIA CHAGAS. **COPIESQUE E REVISÃO:** PÉROLA PAES E ROSIMEIRE RIBEIRO. **DIGITADORAS:** ELIZABETE DELFINO DA SILVA E PATRÍCIA TANIGAWA. **EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA:** CACO BISOL E SILVANA PANZOLO. **CONSULTORIA:** MAURO OLIVEIRA. **GERENTE GERAL:** HUGO SCOTTE. **ADMINISTRAÇÃO:** MARIA AUCÉ DE PAULA SANTOS. **REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:** ALAMEDA GLETE, 1049 - CEP 01215 - SÃO PAULO (SP). FONES: 220-7198/222-6318. **CIRCULAÇÃO:** PAULO MAURO SOLDANO. **EXPEDIÇÃO:** PAULO EDUARDO SOLDANO. **ASSINATURAS:** MARIA ODETE GONÇALVES DE CARVALHO. **SERVIÇOS GERAIS:** CRIDIONOR DA SILVA. **FOTOLITO:** ED. ART. **IMPRESSÃO:** FTD. **COLABORADORES:** ABÊ, ALÍPIO FREIRE, ALAN RODRIGUES, ALOÍSIO MORAIS, ANDRÉ SINGER, ANTONIO CANDIDO, ANTONIO CARLOS FON, ANTONIO CARLOS DE QUEIROZ, ANTONIO MARTINS, BERNARDO KUCINSKI, BRENO ALTMAN, CARLOS EDUARDO CARVALHO, CARLOS THOMPSON, CELSO HORTA, CÉLUS, CÍNTIA CAMPOS, DENISE NEUMANN, DINORAH PERLATI PINTO, ELIZABETH TOGNATO, EMÍLIO ALONSO, EMIR SADER, EUGÊNIO BUCCI, FERNANDA ESTIMA,

FERNANDO PAIVA, FIAMARION MAUÉS, FLÁVIA DE SAMPAIO LEITE, FLÁVIO LOUREIRO, GENARO URSO, HAMILTON DE ALMEIDA, IVAN SEIXAS, ISAAC ACKSELRUD, JACA, JAYME LEÃO, JOÃO ANTONIO, JOÃO PEDRO RICALDES DOS SANTOS, JORGE NUNES, JOSÉ ROCHA, JUAREZ GUIMARÃES, JUAREZ SOARES, JUSTINO PEREIRA, LUIS CARNEIRO, MANOEL ALVAREZ, MARCIA MOREIRA, MÁRCIO BUENO, MÁRCIO VENCIGUERRA, MARCO ANTONIC SCHUSTER, MARCOS SOARES, MARIA RITA KEHL, MARIA LÚCIA BRANDÃO, MARIO AUGUSTO JAKOBSKIND, MARINGONI, MARISA MELIANI, MARIZA DIAS COSTA, MARCUS SOKOL, MARTIN KOVENSKY, MIADAIRA, NELSON RIOS, NILMÁRIO MIRANDA, OHI, PATO, PATRÍCIA CORNILS, PAULO BARBOSA, PAULO FONTES, PAULO ROBERTO FERREIRA, PAULO ZILBERMANN, PEDRO ORTIZ, PERSEU ABRAMO, RAIMUNDO PEREIRA, ROGÉRIO SOTTILI, SAITI, SÉRGIO CANOVA, SÉRGIO SISTER, VERA ACIOLI, WALTER ONO, WELLINGTON DE ALMEIDA, WLADIMIR POMAR, XANGAI. A OPINIÃO DOS ARTICULISTAS NÃO REFLETE NECESSARIAMENTE A LINHA EDITORIAL DO JORNAL.

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 35.000 EXEMPLARES. ESTE JORNAL FOI IMPRESSO NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 1991.

JORNALISTA RESPONSÁVEL: RUI FALCÃO

Estrelas e borboletas

Cota mínima para mulheres e tática para enfrentar Collor polarizam o debate petista

Com a presença prevista de 1.240 delegados — eleitos em todos os estados à exceção de Alagoas, que enviará observadores — abre, às 19 horas do próximo dia 27, o 1º Congresso do Partido dos Trabalhadores. Previsto para acabar dia 1º de dezembro, o Congresso será realizado no Pavilhão Vera Cruz, em São Bernardo do Campo.

Além dos delegados, observadores e convidados, 70 partidos e organizações internacionais devem enviar representantes. São aguardados, entre outros, Daniel Ortega, da Frente Sandinista e ex-presidente da Nicarágua; e Cuahutemoc Cárdenas, candidata a presidente nas eleições mexicanas de 1989, quando a fraude impediu sua vitória.

TEMÁRIO. O Congresso deve debater a concepção de socialismo petista, os caminhos de sua construção, a concepção de partido e propostas de reorganização da estrutura partidária. Além disso, discutirá uma proposta alternativa de desenvolvimento para o Brasil, analisará a situação política atual e decidirá sobre a tática do PT.

A coordenação do Congresso pretende também realizar uma programação paralela — são previstas nove atividades diárias abertas a não-delegados, como por exemplo, um painel sobre o "modo petista de governar", que deve contar com a participação de Lula e Luiza Erundina, entre ou-



tros.

A SINA DO PT. Toda vez que se reúne para deliberar, muita gente prevê a implosão do partido ou o confronto apocalíptico entre as forças da "ortodoxia" e as da "modernidade". Como antes, e ao contrário do que chegou a ser anunciado pela grande imprensa ao longo deste ano, o 1º Congresso do PT não deve aprovar nenhuma reviravolta na linha de atuação partidária. Até por que os encontros estaduais preparatórios não parecem ter alterado significativamente a distribuição de forças entre as várias tendências que integram o partido.

Dois temas devem polarizar os debates e dividir os delegados. Um deles é a proposta que reserva para as mulheres a cota mínima de 30% dos cargos em todas as instâncias de direção do partido. Tocando num dos pontos

mais delicados da cultura brasileira, tratado como tabu mesmo entre as forças da esquerda, esta proposta provocou polêmicas apaixonadas em todos os locais em que foi apresentada. O outro assunto que concentrará as atenções dos delegados é a tática do PT frente à crise do governo Collor. As propostas vão do "Fora Collor" — puro e sem complementos — até posições que acreditam que o centro da disputa política no próximo período está ligado às eleições de 1992. Entre os extremos, há as propostas de *impeachment*, de antecipação do plebiscito com ado-

MELIANTES SÃO ELLES

Na abertura desta edição, o presidente da República responsabiliza, pela boca de seu porta-voz, os "meliantes Lula e Meneguelli" pela não-aprovação, em segundo turno de deliberação do Senado, da antecipação do plebiscito que irá decidir sobre o sistema de governo (ver matéria nas págs. 8, 9 e 10).

Em 13 de novembro, Lula entregou ao presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Sidney Sanches, queixa-crime contra o presidente e seu porta-voz, pelo delito de injúria. Entre as testemunhas arroladas, figuram os jornalistas que presenciaram as declarações de Cláudio Humberto e algumas personalidades públicas, entre elas Mário Amato e Vicentinho.

A edição fechava quando chegou a notícia: às 21h30 do dia 19 de novembro, o vereador César Bonfim (PT-Manaus) - responsável por denúncias de aplicação irregular de 1 bilhão de cruzeiros da Câmara Municipal de Manaus - teve sua casa metralhada e seu carro incendiado. Perguntar não ofende: quem serão os meliantes?

ção do parlamentarismo e outras semelhantes. Uma coisa é certa: o PT pretende sair de seu 1º Congresso com uma proposta clara e ofensiva para enfrentar o governo Collor e sua política. (No próximo número de *Brasil Agora* a cobertura do 1º Congresso).

PRIVATIZAÇÕES

A Petrobrás na mira do governo

Atenção: está em curso a ofensiva contra o monopólio estatal do petróleo

Com mais três transferências à iniciativa privada — da Celma, Mafersa e Cosinor — prosseguiu nas últimas semanas o programa de privatizações comandado pelo governo Collor. Embora sem a relevância da venda da Usiminas, as operações consolidaram uma vitória inicial das forças privatistas na disputa em torno do destino das estatais brasileiras.

O sucesso inicial tem levado o governo a apressar o ritmo da desestatização. O setor de privatizações do BNDES fornece aos interessados um quadro que prevê para o primeiro semestre de 1992 a venda de três siderúrgicas (Aços Piratini em 28/1, CST em março e Acesita em junho), três empresas de navegação (SNEP em 11/1, Franave em março e Enasa em abril) e cinco indústrias petroquímicas ou de fertilizantes (participação da Petrofertil em 17/1, Goiásfertil em 18/2, Petroflex em 25/2, Copesul em maio e Álcalis em maio).

SUBSIDIÁRIAS. Três manifestações oficiais recentes permitem espe-

cular, contudo, que pode estar em curso um movimento visando antecipar a venda de subsidiárias da Petrobrás.

Há algumas semanas, uma reunião da Comissão Nacional de Desestatização aventou a hipótese de lançar o edital de venda da Copesul, a estratégica central de matérias primas do pólo petroquímico gaúcho, ainda em dezembro. Em 18 de novembro, o chefe de gabinete do presidente do BNDES, Ricardo Figueira, prometeu para abril a entrega da Nitrofértil, um dos três pés em que se sustenta a ação da Petrobrás no setor de fertilizantes. E em 10 de novembro, o próprio ministro da Infra-estrutura, João Santana, defendeu em entrevista a *O Estado de S. Paulo* a transferência ao setor privado de todas as atividades petrolíferas não diretamente ligadas à extração. Disse ainda que tinha dado à diretoria da Petrobrás ordens expressas para articular "o começo do fim do monopólio" (de petróleo).

Do ponto de vista dos que defendem a privatização, a estratégia faz sentido. As últimas dé-

cadadas têm sido marcadas em todo o mundo por um esforço incansável das empresas petrolíferas rumo à *expansão* de suas atividades para segmentos muito mais lucrativos que a extração, como a petroquímica e os fertilizantes. Despojar a Petrobrás das subsidiárias que atuam nestas áreas seria a maneira mais rápida de inviabilizá-la comercialmente, e dessa forma justificar a privatização completa da atividade petrolífera.

RESISTÊNCIA. O esforço do governo pode esbarrar, contudo, na ação dos sindicatos do setor. Ao contrário do que ocorreu em todos os casos anteriores, trata-se aqui de entidades com larga tradição de luta, identificadas com as concepções de sindicalismo que deram origem à CUT e que deflagraram há mais de um ano uma campanha antiprivatista e de defesa da Petrobrás.

O Comando Nacional dos Petroleiros prevê, aliás, para os primeiros dias de dezembro, o lançamento no Congresso Nacional de um dossiê denunciando a privatização da Petrofertil. Se a

disposição de luta se confirmar na prática, a batalha em torno das estatais pode estar caminhando para um momento mais dramático e decisivo.

ANTONIO MARTINS



O BURACO É MAIS EM CIMA

O futebol brasileiro está doente. Ele vai vivendo de transfusões de sangue paliativas, à espera de uma cura milagrosa. Por que o futebol anda tão ruim e dando mostras, cada dia mais fortes, de decadência irreversível? Na minha opinião — por mais estranho que pareça — a resposta é muito simples: somos medíocres em matéria de direção!

Parece que, numa seleção macabra e infeliz, se escolheram os piores homens deste país para comandar o futebol. Tomemos a CBF, por exemplo. Ela é hoje presidida por um homem que, a par de ser provavelmente um bom marido, bom filho e, sobretudo, bom genro, jamais teve qualquer experiência diretiva em clube esportivo. Seu único mérito: ter um sogro presidente da FIFA.

O brasileiro tem memória curta. É preciso que alguém lembre que o sr. João Havelange praticava pólo-aquático quando jovem. Para se eleger presidente da FIFA e ir morar na Suíça, ele organizou em 1972, no Rio de Janeiro, uma minicopa: trouxe delegações imensas de cartolas da África e da Ásia e, com seus votos, passou a perna no inglês, sir Stanley Rous.

Quem pagou a conta, claro, foi o futebol brasileiro. E como presidente da FIFA, Havelange ignorou o futebol brasileiro. E acredite se quiser: ele obstruiu a entrada do futebol-de-salão, esporte nascido no Brasil, nas Olimpíadas, talvez porque a direção do futebol-de-salão não lhe batia continência.

É esse homem que escolhe quem manda no futebol brasileiro, ou seja, o presidente da CBF! O homem que escolhe o treinador, a comissão técnica, os diretores que vão elaborar o calendário, etc. Percebeu? Há uma cadeia de incompetência, má-fé e pouco caso com o futebol brasileiro, que vem de cima e acaba no presidente do clube.

O Brasil continua produzindo craques, mesmo com suas mazelas. O problema é que um jogador apenas acima do razoável já sonha em ir para o exterior. E acaba indo. Vai porque lá fora existe organização, inteligência e muito menos safadeza. No futebol da Itália, por exemplo, os clubes têm que dar lucros. E as confederações não são dirigidas por genrocratas.

JUAREZ SOARES,
Vereador em São Paulo (PT) e comentarista esportivo

VITÓRIA YANOMAMI



Em solenidade frente ao Palácio da Alvorada, o presidente Collor anunciou dia 16 a demarcação dos 9,4 milhões de hectares do território Yanomami. Faltam agora os recursos para a demarcação. Nos últimos três anos, morreram cerca de 2 mil Yanomami, vítimas principalmente da malária levada pela invasão de 50 mil garimpeiros à sua terra.

Estavam contra a demarcação, entre outros, os governadores do Amazonas e de Roraima, os ministros do Exército (general Carlos Tinoco) e da Educação (José Goldenberg), o secretário de Assuntos Estratégicos - ex SNI - (Leoni Ramos) e uma chusma de parlamentares ligados à chamada Frente Amazônica. Todos esgrimindo o fantástico argumento de que a demarcação da terra Yanomami faria parte de um complô imperialista que visa internacionalizar a Amazônia.

A favor da demarcação, dentro do governo, estavam o presidente da Funai, Sidney Possuelo, e o secretário de Meio Ambiente, José Lutzenberger. Os dois ameaçaram pedir demissão se a demarcação não fosse autorizada. O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, a quem a questão indigenista é subordinada, fez jogo duplo, mas acabou agradando mais a militares que aos aliados dos Yanomami.

Alguns pontos ainda não bem esclarecidos podem comprometer a eficácia da decisão de demarcar o território Yanomami: Collor teria cedido aos militares, por exemplo, ao autorizar o Exército a intervir na área, inclusive construindo quartéis, quando julgar conveniente. Já haveria plano de construção de cinco quartéis na região. A Constituição determina que o Congresso Nacional é quem deve julgar tal conveniência.

Renato Padilha, chefe do posto da Funai da reserva indígena de Votouro, em São Valentin (RS), é um ditador. Tem até uma cadeia pra prender os índios que não lhe obedecem. A denúncia é do Caingangue Antônio Pedrosa Cachimbo, em depoimento à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa gaúcha. Cachimbo teme voltar à aldeia e ser morto pelo próprios índios, que têm a "cabeça feita" pelo chefe do posto.



ÍNDIOS

“Não se esqueça de nós”

Em Rondônia e norte do Mato Grosso, os Índios se unem para enfrentar a invasão branca

Manhã do dia 21 de outubro, um sol de lascar. A ponte sobre o rio Machado, que corta a cidade de Ji-Paraná, em Rondônia, está interdita há quase uma hora. Os motoristas dos caminhões, ônibus e carros estão irritados. Só as bicicletas passam, forçando a barra entre a multidão que interdita a ponte. Uma multidão, imagine, de índios, “um bando de gente sem nada pra fazer”, atrapalhando o trânsito.

Com um pouco de atenção e paciência, os motoristas compreenderiam que aquele não era um bando qualquer, mas sim 400 representantes de 16 povos indígenas de Rondônia e do norte de Mato Grosso. E aquela manifestação era um protesto contra a construção de uma barragem que, se for construída, vai inutilizar aquela ponte não só por uma hora: ela inundará grande parte das cidades de Ji-Paraná e Jarú.

OS ÍNDIOS. Homens, mulheres e 80 crianças -, pintados com o vermelho do urucum, enfeitados, portando arcos, flechas e lanças, dançam numa coreografia espontânea que lembra um conjunto de rodadoiros. Cada grupo, um grito de guerra próprio. Num carro de som, revezam-se lideranças, falando um português nem sempre compreensível e às vezes na própria língua. A mensagem, no entanto, não pode ser mais clara: “A barragem do rio Machado vai inundar 11 mil hectares das terras dos nossos parentes Arara e Gavião, e isto nós não aceitamos”. O protesto do líder Pedro Arara, que conhece as consequências de outras barragens, como Tucuruí, também é direto: “A gente não é peixe nem jacaré pra viver debaixo d’água”, diz, lembrando também que a terra de seu povo já foi drasticamente reduzida pelo governo dos “brancos”.

DESAFIO. A manifestação em cima da ponte foi o encerramento de cinco dias da 1ª Assembleia dos Povos Indígenas de Rondônia e Norte do Mato Grosso. Durante o encontro, decidiram constituir uma articulação de lideranças que coordenará, provavelmente no prazo de um ano, a organização formal dos povos indígenas da região. Em si, a decisão é um ato de coragem e até de desafio aos colonizadores - latifundiários, madeireiros, donos de garimpos, traficantes de cocaína e outros aventureiros. Basta lembrar que ali, nas décadas de 60 e 70, foram mortos algo em torno de 30 mil índios. A imagem mais brutal desse processo é a mulher Cinta Larga pendurada de ponta-cabeça, partida ao meio com um facão, vítima do famoso “Massacre do Paralelo 11”, perpetrado em 1963 a mando dos seringalistas Antônio Junqueira e Sebastião Arruda, e reconstituído por Zelito Viana no filme *Aveté*.

INVASÃO E CONFLITOS. No manifesto desta 1ª Assembleia, eles dão alguns dados sobre a situação de seus povos hoje: das 35 ter-

ras indígenas da região, apenas nove estão completamente regularizadas; duas estão homologadas, duas delimitadas, seis interditas, e uma identificada, e nada menos do que 15 encontram-se sem qualquer providência por parte do governo. O processo de regularização de uma terra indígena inclui, pela ordem, a identificação, interdição, delimitação, demarcação, homologação da demarcação e, finalmente, o registro no Departamento de Patrimônio da União.

Um dos casos mais graves que enfrentam é a invasão da terra dos Zoró. Desde que foram contactados, em 1977, os Zoró tiveram a sua população reduzida de 600 para 200 pessoas. Em 1983, a Fundação Nacional do Índio (Funai) autorizou o proprietário da fazenda Muiraquitã a construir uma estrada que atravessa o território dos Zoró, provocan-

do o aumento dos conflitos. Apesar dos reiterados pedidos desse povo e de seus vizinhos Suruí e Cinta Larga, até hoje essa estrada não foi interdita.

Outro caso grave é a projetada construção da BR-421, que ligará Vila Nova do Mamoré à cidade de Ariquemes, cortando uma parte do território dos Karipuna e passando perto das terras do Urueu-Wau-Wau. O projeto da estrada - para o qual os Karipuna não foram consultados, como manda a Constituição - pode representar o fim deste povo que, após vários massacres, ficou reduzido a dez pessoas. A estrada afetaria também dois grupos isolados, isto é, sem contato com os brancos.

ONDA ECOLÓGICA. Embalados pela moda da Eco-92, oportunistas fazem-se intermediários de produtos naturais dos “povos da floresta” para ávidos consumidores verdes da Europa e dos Estados Unidos. Um líder Suruí contou que até hoje não viu um centavo da venda de cinco toneladas de castanha que um determinado líder indígena, residente em São Paulo, exportou em nome da-

aquele povo. Outras cinco toneladas encomendadas e colhidas, estão apodrecendo numa aldeia Suruí, à espera do tal líder.

Apesar dos pesares, aquela gente acredita no que está fazendo. Sabe que é preciso ter um mínimo de união entre os “parentes”, para não ser destruída de uma vez. Nos discursos, nas danças, durante a passeata pelo centro de Ji-Paraná, em frente à casa do telégrafo construída pelo Marechal Rondon, isso ficou claro. Paiô, ex-cacique e pajé Zoró, deixa um recado final: “Muito obrigado por você ter vindo escutar os nossos problemas. Não esqueça da gente, não”.

ANTÔNIO CARLOS QUEIROZ,
de Rondônia.



Acima, o líder Pedro Arara protesta: “A gente não é peixe nem jacaré pra viver debaixo d’água”. Ao lado, um casal Suruí presente à Assembleia

ANTONIO CARLOS DE QUEIROZ/CIMI

ANTONIO CARLOS DE QUEIROZ/CIMI

A volta da indexação

O governo retoma a correção de títulos e impostos, mas nega proteção para os salários

Os dois planos de Collor queriam desindexar. Mas com a inflação beirando os 30% ao mês não dá para segurar os negócios sem indexador. O governo por exemplo, perdeu receitas ao desindexar os impostos; agora, advoga a reindexação dos tributos pelo INPC. Na mesma linha, foram criadas as Notas do Tesouro Nacional (NTN), títulos indexados pelo IGP-M. Entretanto, os mesmos que reintroduzem a indexação oficial, resistem às iniciativas que buscam criar garantias para os salários diante da inflação. A atitude parece contraditória, mas não é.

TEORIA E PRÁTICA. O receituário liberal recomenda ampla desregulamentação da economia com fixação livre dos preços e dos salários. A indexação vai em sentido contrário: indexar é garantir que alguns preços sejam obrigatoriamente corrigidos em intervalos regulares de tempo e segundo algum índice de preços (daí o nome indexação). Com reajustes assegurados por lei, os preços indexados ficam mais protegidos da inflação - a qual redistribui a riqueza continuamente, segundo as pressões de mercado.

Só que a indexação foi introduzida na economia brasileira justamente por dois ardorosos defensores do mercado, o hoje senador Roberto Campos e o falecido Octávio Gouveia de Bulhões, quando ministros da ditadura militar (Castelo Branco). Naquela altura, além de servirem a um regime que acabara de rasgar a Constituição, os dois heróis



do liberalismo concluíram que o mercado precisa mesmo de uma "ajudzinha" vez por outra.

PROTEÇÃO. Segundo eles, para que a economia pudesse funcionar a contento seria preciso proteger alguns preços. Quais? A remuneração da riqueza financeira, o dinheiro dos capitalistas e dos grandes rentistas. Para que ela pudesse ser aplicada com alguma segurança de que não seria corroída pela inflação, criou-se a correção monetária: títulos do governo, as antigas ORTN, com reajuste pela inflação passada. Depois estendeu-se a correção para ou-

tras aplicações financeiras, em especial as cadernetas.

Mas os salários não foram também indexados na mesma época? Sim, mas não para protegê-los. As ORTN eram indexadas à correção passada, garantindo sua reposição. Mas os salários eram indexados por uma "estimativa" da inflação futura. Bastava subestimá-la e ficava garantido que os salários seriam ajustados abaixo da inflação real. O resultado foi o arrocho salarial da ditadura.

A luta dos trabalhadores conquistou o reajuste dos salários também pela inflação passada,

inicialmente a cada seis meses. A indexação das aplicações financeiras passou a ser mensal. Quando os trabalhadores conseguiram reajustes trimestrais, depois mensais, a indexação do mercado financeiro e dos impostos pagos ao governo passou a ser diária.

FILME ANTIGO. A invenção dos liberais começou a ficar complicada, pois a inflação subia cada vez mais e era preciso ampliar a indexação, o que reforçava mais ainda a inflação. Os planos do governo Sarney tentaram desindexar por decreto. Inventaram-se novas regras para ferrar os salários: reajustes pela média, expurgo de índices, etc. A inflação voltou mesmo assim, e com

muita luta os trabalhadores reconquistaram o direito de receber a correção pela inflação passada.

O filme está começando de novo. Mas se Collor readota a indexação oficial, os trabalhadores vão querer também. Mas aí a indexação perde o sentido, pois os salários não cairão tanto. Para corroer a remuneração dos trabalhadores será preciso que a inflação suba ainda mais.

O impasse não é novo. Por detrás dele aparece uma economia doente, em que o sistema de preços não se estabiliza porque as tensões são muito fortes.

CARLOS EDUARDO CARVALHO

FMI

Mais 20 meses de recessão

Para conseguir um acordo temporário, o governo amplia as concessões

O governo está prometendo mais 20 meses de recessão ao Fundo Monetário Internacional (FMI), em troca de um acordo provisório que lhe garanta um empréstimo de 2 bilhões de dólares e, principalmente, um passe para negociar o grosso da dívida externa.

A tática das autoridades é obter, ainda este ano, a aprovação da alta direção do FMI para a sua carta de intenções. Prometem que o déficit operacional das contas públicas não ultrapassa 2,7% do PIB em 1993, o que equivale a um superávit de 12 bilhões de dólares (queda real de 2% da riqueza do país). Para chegar a isso contam, principalmente, com um aumento dos impostos sobre os assalariados e as empresas, a ser aprovado pelo Congresso.

De posse do acordo - e do dinheiro -, partiriam para a negociação com os bancos, tentando re-

duzir o principal da dívida, bem como trocar parte dela por papéis de longo prazo. Em garantia do pagamento futuro dos juros, deixariam depositados intocáveis 2 ou 3 bilhões de dólares (os banqueiros querem 7 bilhões). Faz parte da tática do governo radicalizar nas concessões ao capital estrangeiro. Além das privatizações em curso, da simplificação da compra de ações em Bolsas, da abertura para importações, o governo promete (através do Emendão) retirar a proteção sobre o capital nacional. E garante que as patentes serão respeitadas. Com a volta do capital estrangeiro e a reabertura das fontes externas de financiamento, a economia voltaria a se expandir.

CONTRAPONTO. O governo esbarra em vários obstáculos para atingir seus objetivos:

1. Só mesmo com a reconsti-

tuição de algo semelhante ao Centrão o Congresso poderia aprovar a reforma tributária;

2. O board do FMI só vai examinar a carta de intenções em janeiro, depois de ver se o Emendão é acolhido e se a reforma tributária é para valer;

3. Os bancos estrangeiros querem continuar recebendo os juros atrasados e pelo menos 3% dos juros vencidos - muita grana para ser bancada pelas reservas brasileiras, hoje próximas de 6,5 bilhões de dólares. O aumento das reservas via exportações é dificultado pela recessão nos EUA e, também, porque os exportadores acham o cruzeiro sobrevalorizado;

4. Se o governo resolver acelerar as desvalorizações do cruzeiro, a conseqüência é a aceleração da inflação, que pode superar os 30% em dezembro.

SÉRGIO SISTER



A Folha de S. Paulo classificou os operários do ABC como "liberais" em sua edição de 10/11/91. A matéria foi baseada em pesquisa do DataFolha, junto a 400 trabalhadores da região, que captou que 23% são favoráveis a privatizações indiscriminadas. Para o jornal pouco interessou que outros 38% sejam favoráveis a algumas privatizações "dependendo do caso", sendo que 28% são contrários a qualquer privatização.

Na ânsia de contrapor as posições dos trabalhadores a aquelas defendidas pela CUT e pelo PT, o jornal disfarçou as informações realmente significativas: 46% confiam na CUT, enquanto apenas 4% na Força Sindical e 3% na CGT. O PT é o partido preferido por 59% dos entrevistados e Lula receberia, hoje, 77% dos votos, mais portanto que os 68% que recebeu entre os entrevistados na eleição de 1989.

No dia 8 de novembro, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, almoçou com o presidente mundial da Mercedes Benz, Edzard Reuter. De sobremesa, Vicentinho apresentou alguns questionamentos salgados para Reuter. Por exemplo, por que a participação da massa salarial no faturamento da filial brasileira foi de apenas 8,2% em 1990, contra a participação de 23,1% dos salários no faturamento da matriz?

Outro exemplo de "radicalidade": Vicentinho e uma delegação composta pelo metalúrgico Eugênio Queiroz, da comissão de fábrica da Ford, por Plínio de Arruda Sampaio e pelo vice-prefeito de São Bernardo, Djalma Bom, viajaram aos EUA no dia 13 passado. Na agenda, reunião em Detroit com os diretores da Ford Motor Company; na pauta, o fechamento da Ford Indústria e Comércio, localizada em São Bernardo, o que representará mais mil demissões.



TODOS QUEREM MORAR

Movimentos comunitários, índios aldeados, deficientes físicos, movimentos de educação estavam representados entre as cerca de 4 mil pessoas que fizeram parte da 1ª Caravana Nacional de Moradia, se manifestaram em Brasília, no dia 18 de novembro, denunciando a falta de moradias e a crise social do país.

Os manifestantes da Caravana Nacional da Moradia foram impedidos pela polícia de acompanhar a tradicional subida da rampa do presidente Collor, no dia 19. Foi entregue ao presidente da Câmara Federal (também sob forte aparato policial) o abaixo assinado com mais de 850 mil assinaturas propondo a criação do Fundo Nacional de Moradia Popular. Esse é o primeiro projeto de lei de iniciativa popular desde a promulgação da Constituição. Sua apresentação ficou a cargo do deputado Nilmário Miranda (PT/MG)

A proposta de criação do Fundo de Moradia prevê recursos oriundos do FGTS, 20% da arrecadação das loterias federais e mais uma dotação orçamentária da União. Hoje, só são utilizados recursos do FGTS para a construção de moradias populares. Assim mesmo muito mal distribuídos. A Grande São Paulo, por exemplo, que arrecadou mais de 30% do FGTS do país em 1990, só teve aplicado aqui 0,6% dos recursos para a habitação. Já Alagoas, por exemplo, recebe muito mais do que paga.

O déficit habitacional do Brasil - isto é, o número de moradias que faltam - é calculado em 10 milhões de unidades. Só no município de São Paulo, calcula-se que seria preciso construir 1 milhão de moradias: existem na cidade 800 mil favelados, 3 milhões de moradores de cortiço, 2,4 milhões de loteamentos clandestinos e 100 mil pessoas nas ruas.

Pela proposta dos movimentos de moradia, o Fundo privilegiaria a construção de casas pelo sistema de mutirão, e se baseia na experiência desenvolvida pela Secretaria da Habitação do município de São Paulo. As 10 mil casas que estão sendo feitas por mutirão em São Paulo têm em média 60m² (uma qualidade muito superior às feitas por empreiteiras no tempo de Jânio Quadros, que só tinha 28m² e péssimo acabamento).



HABITACÃO

Miséria cresce e aparece

O que acontece no Rio e em Belo Horizonte são amostras do caos social do Brasil inteiro



Belo Horizonte, "melhor capital brasileira": barracos de plástico para os sem-teto

A população de rua do Rio de Janeiro - aquela que dorme nas ruas, praças, sob marquises, viadutos e até sob as estrelas - cresce a olhos vistos. Mas quem se dispõe a estudá-la se defronta com um problema incontornável: a falta de uma pesquisa recente e confiável, que registre o número de pessoas vivendo nestas condições. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social divulgou uma pesquisa há pouco mais de um mês, mas alguns técnicos da própria Secretaria, falando em off, desaconselham a utilização de seus dados. A divulgação dos dados reais implicaria no reconhecimento de que não está havendo nenhum "desenvolvimento social" na cidade. Para a Secretaria, o número de pessoas vivendo nas ruas não passa de 7 mil. Já para o vereador Eliomar Coelho (PT), que trabalha com estas comunidades, a população de rua já chega a 100 mil pessoas. Os cálculos variam bastante. O que não se pode negar é que esta população vem se multiplicando nos últimos tempos.

SEM HABITE-SE. Os fatores que estão determinando este fenômeno são vários. Um deles é a queda brutal do número de construções residenciais. Em 1979, o mercado imobiliário lançou 8.624 unidades residenciais. Em 1990, com a população do Rio tendo aumentado em 1 milhão de pessoas, o número de unidades residenciais lançadas caiu para apenas 3.611. Os dados são da Ademi (Associação dos Dirigentes das Empresas do Mercado Imobiliário). Evidentemente, a população não conta apenas com o mercado formal para resolver seu problema de moradia. Sem outra alternativa, a população de baixa renda toma a iniciativa, partindo para a auto-construção, totalmente à revelia do Código de Obras e ignorando solenemente os "habite-se" da burocracia. No início da década passada, o número de unidades residenciais lançadas pelo mercado imobiliário representava apenas 23% do número real de unidades construídas. Este número

caiu atualmente para apenas 7,7% do total.

As construções irregulares resultam no adensamento e no crescimento das favelas (elas já somam 545) e novos loteamentos clandestinos. Ultimamente, com algumas melhorias nas favelas mais bem localizadas, surgiu um novo fenômeno. No interior das favelas se reproduz o mesmo processo especulativo e excludente do restante da cidade. Os moradores de menor poder aquisitivo são pressionados para fora das favelas, sendo substituídos por quem tenha condições de comprar ou alugar as moradias.

FAVELA CARA. Na favela da Rocinha, a maior do Rio, muito raramente há imóveis disponíveis para aluguel. Ao pé do morro há três administradoras. Elas cobram

pelo aluguel de um conjugado (salão e banheiro), quando há, em torno de 2 salários mínimos. Os preços de venda dos imóveis variam de 100 a 350 salários mínimos.

É diante deste quadro que vem crescendo o número dos sem-teto do Rio. Luís Carlos Pinto, de 30 anos, é um exemplo. Ele mora com a mulher e um cunhado em uma rua do bairro de Botafogo, zona sul da cidade, e explica que não procura uma favela por falta de condições. Seus ganhos - eles vivem de lavar e tomar conta de carros - mal dão para a alimentação.

Pesquisa feita em 1986 pela Fundação Leão XIII, derrubou vários mitos a respeito dessa população.

Os moradores de ruas são vistos em geral como migrantes da zona rural do Nordeste, que chegaram recentemente e vivem uma situação transitória de falta de moradia. A pesquisa revelou que 45,5% vêm do próprio estado do Rio, 15% de Minas e apenas 25,4% do Nordeste. Ela mostrou também que somente 36,2% são oriundos da zona rural, e que 87% dos entrevistados moram no Rio há mais de quatro anos, o que indica uma queda da migração e uma pauperização do morador local.

JOSUÉ C. MELLO
do Rio de Janeiro

A POBREZA OCULTA DA MELHOR CAPITAL

Em maio deste ano, a fundação norte-americana Population Crisis Committee divulgou em Washington a declaração de que considerava Belo Horizonte a melhor capital brasileira para se viver. Sem entrar no mérito dos critérios adotados pelo órgão, hoje alguns números inevitavelmente levam à dúvida quanto a esta classificação.

Por exemplo: o próprio José Carlos Laender, presidente da Urbel, órgão da Prefeitura encarregado da urbanização de Belo Horizonte, revela que a cidade possui, proporcionalmente, mais favelados que o Rio de Janeiro. Nada menos que 25% dos belorizontinos mora em 184 favelas, enquanto o Rio encontra-se na faixa dos 18%, em consequência do êxodo rural e da proletarização da classe média. E o interessante é que a Prefeitura do PSDB não possui qualquer plano habitacional para os mais de 600 mil favelados e sem-casa, a não ser quando seus projetos de urbanização esbarram no problema. Prefere empurrar com a barriga, ou melhor, devolver o problema. Uma pesquisa encomendada pela Urbel indicou que 15% dos favelados preferem ser indenizados e voltar para o interior do estado. E a Prefeitura está empenhada em atender esta aspiração.

Mas o problema mais grave são os cerca de 50 mil sem-casas vivendo nas mais precárias condições em 18 acampamentos de



O banho nos acampamentos em B.H.

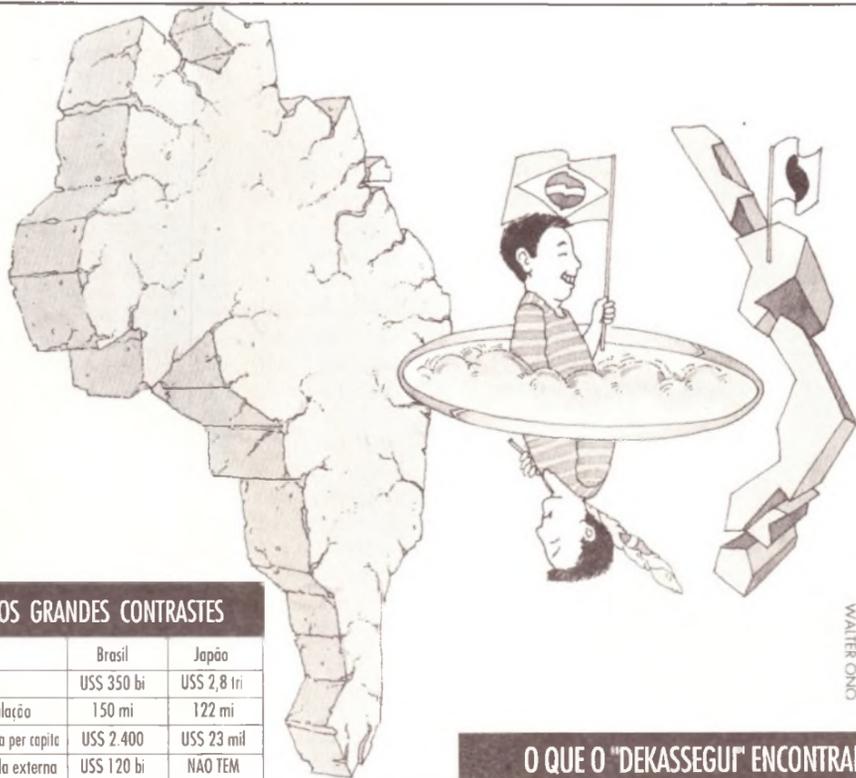
barracos de plástico, madeira ou tijolos instalados nos grotões da periferia, longe dos olhos das autoridades responsáveis e de fundações norte-americanas. As 12 mil famílias formam o lado cruí e contraditório daquela que foi apontada como a melhor capital para se viver. Pelo menos 4.100 delas moram nos miseráveis barracos de plástico preto onde, de dia, o calor provocado pelo sol torna insuportável a permanência em seu interior, e de noite o frio expõe, principalmente as crianças, a todo tipo de doenças respiratórias e intestinais.

Na região metropolitana de Belo Horizonte há um déficit de 350 mil moradias, 115 mil apenas na capital, conforme levantamento da Federação das Associações de Moradores de Bairros, Vilas e Favelas de Belo Horizonte - Famobh. A entidade denuncia que, enquanto isso, 144 empresas particulares ocupam terrenos da Prefeitura sem pagar um centavo.

ALOÍSIO MORAES
de Belo Horizonte

Fuga para o Sol Nascente

Pressionada pela crise, parte da colônia japonesa no Brasil busca vida melhor no país de origem



OS GRANDES CONTRASTES

	Brasil	Japão
PIB	US\$ 350 bi	US\$ 2,8 tri
População	150 mi	122 mi
Renda per capita	US\$ 2.400	US\$ 23 mil
Dívida externa	US\$ 120 bi	NAO TEM
Desemprego	17,6%	2,3%
População ativa	56 milhões	60 milhões
Expectativa de vida	65 anos	75 anos

*DADOS DE 1989

O QUE O "DEKASSEGUI" ENCONTRARÁ

Salário médio para homens: US\$ 2.500/mês
Salário médio para mulheres: US\$ 1.400/mês
80% serão operários e dormirão em alojamentos
60% não conhecem o idioma ou a cultura japonesa
48% mudarão 1 vez de emprego; 25% mudarão 2 vezes

ILUSÕES PERDIDAS

Davi Yada é um dos brasileiros que foi tentar fazer fortuna no Japão. Mas seu sonho durou pouco: seis meses depois, em janeiro, Davi estava de volta ao Brasil. "O salário e as condições de alojamento não eram as prometidas", conta ele. Formado em processamento de dados, Davi foi para a cidade de Toyota trabalhar como operário nos setores de prensagem e pintura da Aishi, uma subcontratada da montadora Toyota. Sua primeira decepção foi ver que não havia o "apartamento com dois dormitórios" que os aliciadores lhe prometeram no Brasil. Teria que dormir no alojamento da empresa, num salão de reuniões. "Nem cozinha havia", queixa-se ele. Além da falta de conforto, Davi percebeu que o salário não era o prometido: "Para ganhar o salário ofertado, teria que fazer muitas horas-extras", conta, explicando que a carga horária excedia as dez horas diárias que ele trabalhava de segunda a sábado. Passado um mês, Davi mudou de emprego e de cidade. Foi trabalhar em Isezaki, uma prestadora de serviços da Honda. As condições de trabalho e o salário eram os mesmos e ele já começava a sentir o grande choque de culturas e saudades do Brasil. Havia preconceito", diz ele. "Nas lojas ouvimos comentários do tipo: Porque eles não ficam na terra deles?" Hoje, Davi trabalha com processamento de dados e não pretende repetir a experiência de "dekassegui". "É muito sacrifício", conclui.

FASCISMO DE ROUPA NOVA

As ideias básicas do fascismo estão ressurgindo nas sociedades do "capitalismo avançado". Sob novas formas, é claro. Uma delas: a ecologia racial. Bruno Megret, o segundo principal dirigente da Frente Nacional, o partido de extrema-direita da França, no encontro da organização sobre ecologia, dia 2 de novembro, disse que os franceses são uma espécie ameaçada de extinção, porque seu "meio étnico, cultural e natural" está ameaçado pelos imigrantes.



ANTONIO GAUDÉRIO

O homem gabiru seria uma nova espécie humana. Ela teria surgido "em função da miséria e da fome" no Nordeste. Essa hipótese foi levantada em artigos e editorial pela Folha de S. Paulo em meados de novembro. Esta, no entanto, é uma ideia extravagante, anticientífica: não só o patrimônio genético não determina as diferenças culturais entre as sociedades humanas, como querem os racistas, nem também as condições sociais influem dessa forma imediata sobre o patrimônio genético que caracteriza as espécies.

LEBRANDO LYSSENKO

Em agosto de 1948, o Partido Bolchevique endossou as ideias do biólogo Lysenko, de que as características adquiridas transmitiam-se geneticamente. Foi uma decisão trágica: a vontade de acreditar que as mudanças sociais feitas em três décadas no país pudessem passar a transmitir-se automaticamente levou os bolcheviques a negar o caráter social do processo humano: a partir de certo estágio ele se tornaria mecânico, natural, mítico portanto.

JUSTINO PEREIRA

A crise econômica levou cerca de 700 mil brasileiros a procurarem melhores condições de vida no exterior. Só no Japão estão vivendo cerca de 170 mil oriundos do Brasil (ou 250 mil, segundo o Ministério do Trabalho do Japão), os "dekassegui". Eles representam 10% da colônia japonesa no Brasil e remetem, cada um, em média, mil dólares para as suas famílias no Brasil: são cerca de 2 bilhões de dólares em divisas que entram no país dessa maneira anualmente.

O Japão ganha porque a alta especialização dos seus operários faz com que eles recusem os serviços mais pesados da sociedade. Os "dekassegui" são recrutados no Brasil, geralmente através de agências de turismo legalmente estabelecidas, que na verdade são fachada para o aliciamento dos trabalhadores. O processo envolve a publicação de anúncios - em japonês - nos jornais da colônia, ou mesmo a contratação de gatos, que recebem em torno de 200 dólares por cabeça. Ocorre também de empresas japonesas enviarem executivos diretamente ao Brasil, eliminando intermediários.

Recrutado, o "dekassegui" recebe passagem e passaporte com visto de turista. Como a legislação brasileira só reconhece contratos assinados aqui no Brasil - como é o caso dos jogadores de futebol -, e como a legislação japonesa não permite que turistas trabalhem, a situação dos "dekassegui" é de dupla ilegalidade. Mas tanto aqui como lá, as autoridades fazem vistas grossas.

O fenômeno "dekassegui", que em pequena escala sempre existiu, se intensificou a partir de

1985, ano da posse de Sarney. Nos anos seguintes, os vistos de entrada pularam de 5,8 mil, em 1987, para 48 mil, em 1990. Em 1991, já haviam sido concedidos 33 mil vistos, apenas até o mês de maio. Paulo Ishii, gerente do Departamento Oriental da Varig, diz que o maior movimento aconteceu no final de 1990. "Os vôos para Tóquio chegaram a ter 97% de lotação. Antes, essa porcentagem estava em torno de 70%".

A MÁFIA E A LEI. O Código Penal caracteriza como crime aliciar trabalhadores para o fim da emigração. "Há muita gente ruim nesse meio, que costuma mentir para os candidatos a trabalhar no Japão. Há inclusive pessoas envolvidas com a máfia japonesa", nos conta um agenciador. Ele mesmo foi alvo de uma batida da Polícia Federal. Na sua opinião, ele teria sido denunciado por outro agenciador e não por um dos seus clientes. "Eu nunca engano ninguém", diz.

O presidente da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, Atushi Yamauchi, acha ruim que a situação econômica do Brasil leve pessoas a sair do país, "porém elas têm o direito de buscar a felicidade". Para ele, a ação da Polícia Federal tem sido correta, "pois existe uma lei", que ele, no entanto, considera retrógrada.

MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO. A colônia japonesa está se movimentando para dar cobertura aos brasileiros no Japão. Alguns deputados federais - principalmente os eleitos pela colônia - têm se articulado para aprovar alterações na legislação e "regulamentar a atividade dos agenciadores, que deverão ser cadastrados de

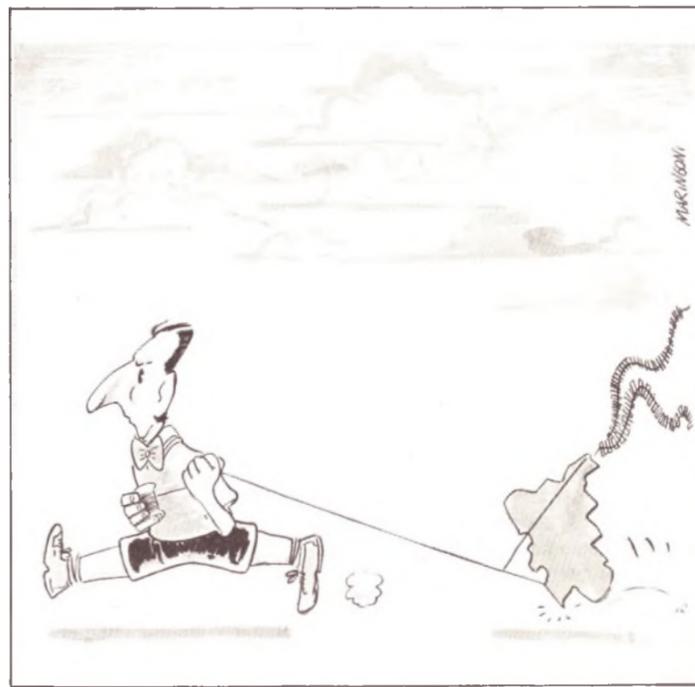
modo que não possam enganar ninguém que queira ir para o Japão" - diz o deputado federal Luiz Gushiken (PT-SP). Gushiken faz questão de ressaltar que o projeto que ele pretende co-patrocinar no Congresso não diz respeito apenas aos japoneses, mas a todos os casos de emigração de trabalhadores.

VIDA DURA. No início do êxodo, em 1985, os "dekassegui" eram chamados para trabalhar apenas em linhas de montagem. Agora, estão trabalhando também como garçons, arrumadeiras e entregadores de jornal. Os "dekassegui" saem do Brasil com promessas de muito trabalho, seguridade social e muito dinheiro. Em boa parte das vezes a promessa se concretiza apenas no primeiro item. Uma pesquisa feita pela revista *Going Japan* - dirigida aos "dekassegui", editada no Brasil, mas vendida no Japão - mostra que 36% dos "dekassegui" não haviam sido informados corretamente sobre os descontos no salário. Eles trabalham em média dez horas diárias durante 23 dias por mês e 74% deles já mudaram no mínimo uma vez de emprego desde que chegaram ao Japão, motivados principalmente por remuneração baixa e carga de trabalho estafante.

Os homens ganham em média 25% a mais que as mulheres. Um homem que faça a carga horária máxima de trabalho (diária, mais hora-extra, mais hora-extra noturna) ganhará mensalmente cerca de 350 mil yens, gastará cerca de 176 mil yens na sua manu-

tenção e enviará 127 mil para seus familiares no Brasil (1 yen = Cr\$ 5,80).

O choque cultural é grande e a língua é uma das principais barreiras que atrapalham o entrosamento social: 60% dos "dekassegui" não falam japonês, apesar de 70% deles terem pelo menos o 2º grau. Criado pela crise que se abateu sobre o Brasil e estimulado pela pujança da economia japonesa - o fluxo "dekassegui" pode ser reduzido por medidas legais. Mas só será contido quando for vencida a crise brasileira.



MARINONI

Sem Jabes e com Collor



Uma frenética articulação política no início deste mês passou a impressão de que o Congresso Nacional, diante do agravamento da crise em que o país está mergulhado, poderia se levantar como um poder alternativo ao próprio governo Collor. Embora tenha um bloco de esquerda influente e combativo e conte com uma oposição nacionalista que não tem o mesmo projeto neoliberal collorido, a maioria do Congresso Nacional é muito dependente do grande capital. Um acompanhamento da crise política nas últimas semanas mostra como essa maioria, a despeito de

suas muitas divergências localizadas, é capaz de se agitar intensamente até em busca de uma nova articulação política para dirigir o país, quando estão ameaçados os interesses do grande capital. Mas acomoda-se, tolera Collor, compõe-se com ele e não tem o mesmo empenho, nem dá o mesmo destaque a uma luta de conteúdo popular como a de, por exemplo, proteger os salários da corrosão representada pela desvalorização do dinheiro.

É raro ver o plenário da Câmara dos Deputados absolutamente quieto diante de um orador na tribuna. Mesmo políticos importantes e bons oradores já tiveram o desprazer de falar para deputados que conversam e passeiam pelos corredores que margeiam as poltronas.

Os deputados fizeram silêncio, no entanto, no dia 7 de novembro para ouvir a defesa de Jabes Rabelo, eleito por Rondônia, acusado de falsificar uma carteira funcional da Câmara para um irmão, preso com grande quantidade de cocaína.

Rabelo falou por 50 minutos. Em silêncio, os 467 deputados presentes ouviram o acusado passar a acusador.

Ele citou nomes e fatos. Inúmeros casos. Irregularidades e imoralidades cometidas por parlamentares que não foram punidos, apesar de suas faltas serem tão ou mais graves. Lembrou os famosos "pianistas", flagrados por votar por colegas ausentes. Homero Santos, por exemplo, foi até premiado: hoje é ministro do Tribunal de Contas da União. Rabelo citou também o deputado João Alves, ex-todo poderoso

- por 20 anos! - integrante da Comissão do Orçamento da União, até há pouco seu relator, acusado de recebimento de benefícios pessoais na distribuição das verbas públicas e que, impávido e impune, assistia à sessão.

Era um discurso escrito. Bem escrito, aliás. Fala-se que pelo deputado Ibrahim Abi-Ackel, citado no próprio texto como exemplo de homem público, ele também acusado - no caso, de contrabando de pedras preciosas - e posteriormente absolvido pela Justiça. E terminou de modo tão veemente que deixou a impressão de que Jabes Rabelo acabaria mantendo seu mandato.

Rabelo perdeu o mandato e suas acusações morreram naquela sessão, secreta por força de regimento. E assim a vida do Congresso Nacional seguiu em frente, como se o afastamento de Jabes Rabelo trouxesse de volta a pureza perdida.

O SEGUNDO PODER. O agravamento da crise brasileira a partir de outubro leva o Congresso a polir sua imagem. E levanta a dúvida: até que ponto esse poder de aparência retocada pode ser, de fato, uma alternativa

para tirar o Brasil da crise?

Em outubro o governo foi forçado a decisões dramáticas: primeiro, desvalorizou a moeda nacional de modo abrupto; segundo, para corrigir problemas decorrentes dessa primeira decisão, elevou os juros também de modo alarmante e repentino. Na escalada dessas medidas, com o governo aparentemente perdido, os grandes jornais chegaram a noticiar um acordo entre os dois grandes partidos da oposição conservadora, PMDB e PSDB, para tocar o país através de uma mistura de "parlamentarismo branco" ou "presidencialismo mitigado", esvaziando de alguma forma os poderes de Collor. Por que tudo isso se desfez?

Em novembro o governo fechou, nas palavras do arguto deputado José Serra, "a avenida para o entendimento". Serra havia comemorado a vitória da Emenda Richa, no Senado, no dia 23 de outubro, quando a crise do governo Collor parecia ter atingido um clímax. A emenda antecipava o plebiscito para abril de 1992. E, combinada com o clima de descontrole da economia e do governo, despertou especulações frenéticas. "O governo Collor acabou", disse o senador paranaense José Richa, no discurso nervoso que encaminhou a passagem de sua emenda.

Duas semanas depois o clima era outro. Na Câmara, tentando retomar os esforços para a antecipação do plebiscito, depois que o Senado, em segunda votação, jogou por terra a emenda de Richa, Serra fechou um acordo para que a antecipação passasse de setembro de 1992 como pretendia, para abril de 1993 como quer o PMDB: um ano depois do que parecera viável poucos dias antes. O que aconteceu? O exame dos fatos permite acompanhar as ilusões e limitações do nosso Congresso.

O governo Collor navega por esse oceano tempestuoso em que se transformou a economia do país com vários mapas cartográficos alternativos. E com o instinto de seu impulsivo timoneiro. Por que não seguiu a rota que poderia levar o PSDB ao governo, o "acordo elevado" que pe-

dem os notáveis peessedebistas e que estava claramente delineado com a aprovação da antecipação do plebiscito sobre o parlamentarismo?

A mudança na rota governista podia ser vista num discurso violento do presidente, na sexta-feira, 25 de outubro, quando recebeu o martelo do leilão da Usiminas. Pouco antes, Ney Maranhão, seu vice-líder no Senado, e uma espécie de porta-voz com imunidades parlamentares, atacou um símbolo do empresariado: Antônio Ermírio de Moraes. "É hora de descer o cacetete nessas aves agourentas", disse Maranhão. Antônio Ermírio é o "chefe da quadrilha" dos oligopólios que mamam nas tetas do governo de madrugada e falam mal dele de dia, disse.

Maranhão disse que Collor leu seu discurso; e gostou. E, logo a seguir, Collor atacou os empresários "covardes" que vivem lhe pedindo a redução dos juros, mas vivem a boa vida de pegar seus jatinhos em fim de semana e dar cerveja para suas vacas especiais terem mais leite.

INGRATO E CÍNICO. O presidente não é um modelo de austeridade, já pegou jatinhos em fim de semana para ir descansar até mais longe - no Caribe, durante a campanha eleitoral. Além de cínico, poderia ser chamado também de ingrato. Antônio Ermírio não o apoiou para presidente, no primeiro turno, quando chegou a fazer campanha por Covas; mas votou em Collor no segundo.

A ira contra Antônio Ermírio tem outras explicações, portanto. É que ele é uma espécie de símbolo, entre o grande empresariado da oposição conservadora contra o governo Collor, por suas ligações íntimas com setores importantes do PSDB e do PMDB. Fez campanha para José Serra, na disputa pela Prefeitura de São Paulo; e por Fleury, em seguida, para o governo paulista. Com Fleury, naquele momento exatamente, Antônio Ermírio era figura de proa de um Fórum paulista, organizado junto com a FIESP para apresentar a Collor uma alternativa de plano de governo.

Collor não ficou no discurso.

No domingo aprovou a tentativa de sair do impasse em que fora colocado, pela agitação política e dos mercados monetários, pelo caminho que estava totalmente sob seu controle: a política - informática, invisível - do Banco Central, esse oráculo pós-moderno para onde todos os setores do capital financeiro correm em busca das palavras de ordem nos momentos de crise. E, na segunda, Marcílio mandou elevar os juros para as nuvens: 42,3%.

Os que corriam afoitamente pela avenida aberta do entendimento parlamentarista ficaram como que paralisados, perplexos como o discurso e a decisão: o governo morto se levantara. Aos berros e atirando.

Fernando Henrique Cardoso discursou no Senado no dia 29 conclamando a Nação a um "estado de alerta". Fleury, rapidamente, anunciou o desmanche provisório de seu circo: o Fórum, se é que algum dia teria um plano a apresentar ao presidente, iria pensar nisso mais para a frente, "fins de novembro".

O PSDB, majoritariamente, e o setor do PMDB que começa a encontrar em Fleury uma opção mais "elegante" que Quéricia, eram os grupos que mais tinham se entusiasmado com as perspectivas de um entendimento com Collor via redução de seus poderes. Para o PSDB, a fórmula era o parlamentarismo. Para o grupo de Fleury, a mágica para o acordo seria um "presidencialismo mitigado": o deputado Tidei de Lima começou inclusive a elaborar, a pedido de Fleury, o projeto de lei que obrigaria o presidente



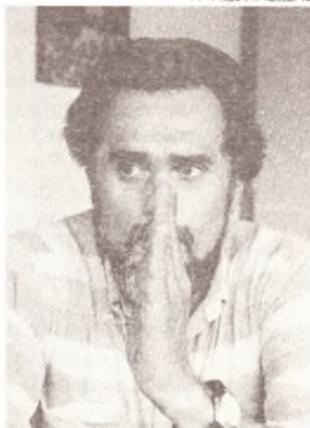
A OPOSIÇÃO E A CRISE VISTAS PELA ESQUERDA

Unidos no combate a Collor, mas com caminhos próprios para opor-se ao presidente, os partidos de esquerda concordam num ponto: só a pressão popular pode abrir campo para a solução da crise institucional. Em compensação, são múltiplas as visões a respeito dos blocos em ação no Congresso e, também, quanto às táticas para derrotar o governo. O líder do PT na Câmara, deputado José Genoíno, por exemplo, não acha que os partidos da oposição conservadora sejam aliados estratégicos do governo. "Se fosse assim", argumenta ele, "Collor teria uma base parlamentar". A seu ver, há três tipos de oposição: a de dentro (PMDB, PSDB e descontentes dos partidos de direita); a do PDT, que tende a compor com o governo; e a popular, composta pelo PT, PSB, PCdo B e PCB.

Consciente de que os movimentos popular e sindical estão na defensiva, Genoíno constata que os parlamentares da esquerda "têm feito

mais do que podem, pois o movimento sindical está atuando male e o lobby da CUT é mal feito", critica ele. Culpa o Executivo pela crise e acha que Collor "deve perder poder". Mas adverte: o Congresso só poderá se afirmar como "poder autônomo" se estiver debatendo uma "pauta da crise", com temas do tipo ajuste fiscal, salários, investimentos sociais mínimos etc.

Colega de bancada de Genoíno, o gaúcho Raul Pont acusa o PMDB e o PSDB de terem votado em bloco com o governo na questão da privatização e lembra que na votação em que se propunha a restrição à edição das medidas provisórias "faltaram mais votos do PMDB que os decisivos do PDT". Segundo ele, os que se colocam em oposição a



José Genoíno (PT-SP)

Collor, mas o apoiam em momentos decisivos, não têm "comportamento firme" diante das imoralidades existentes no Congresso, como é o caso da não apuração das denúncias feitas contra o deputado João Alves, ex-relator da Comissão de Orçamento.

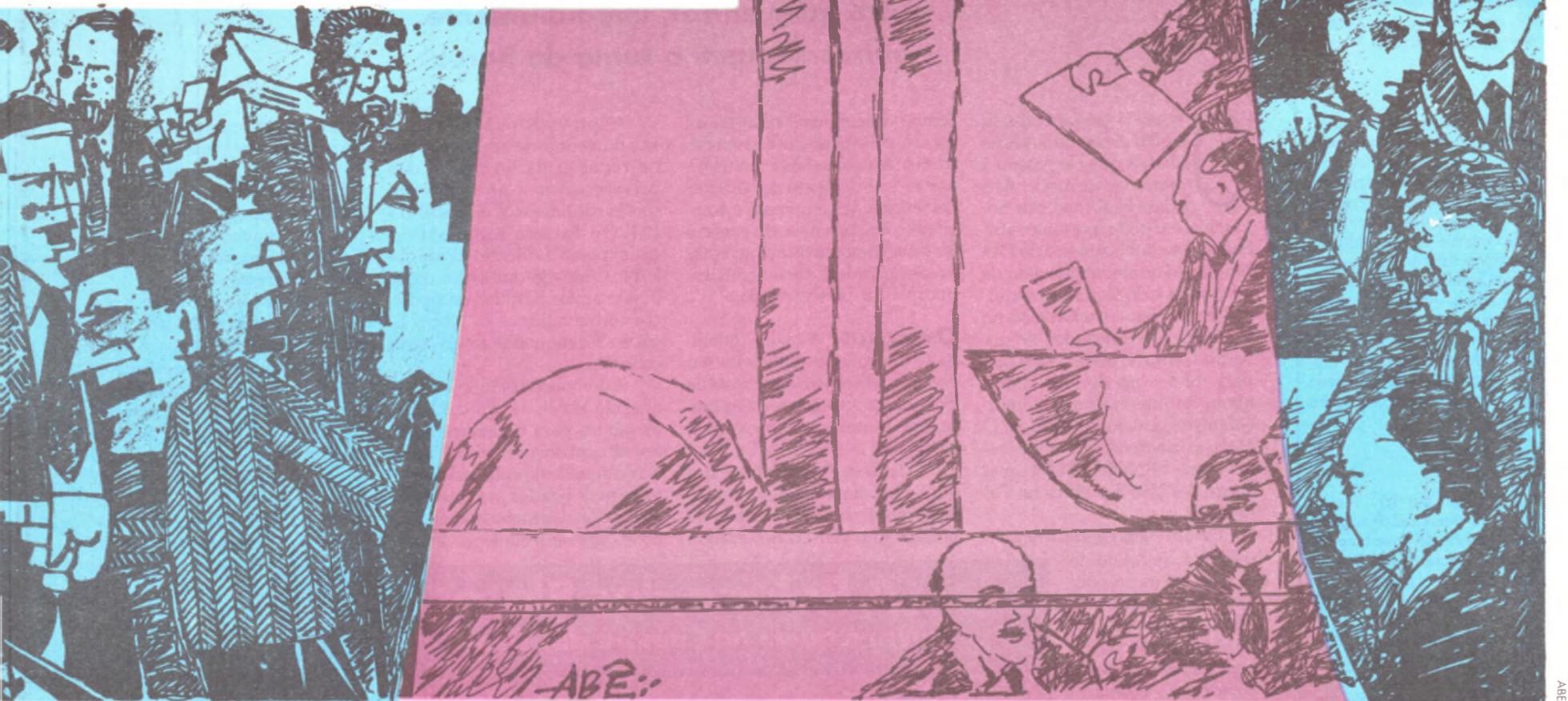
Afirmando que o PDT vem "forçando divergências com o PT", Pont volta suas baterias contra o PSDB, que tem "uma visão tecnocrática do governo e de sua relação com a sociedade". O que aproxima os "tucanos" de Collor, explica Raul, é justamente esta visão tecnocrática, causada pela falta de base social.

Fim do governo Collor é o que pretende o PCdoB, segundo informa seu líder, o deputado Haroldo Lima, da Bahia. "É uma saída menos traumática que a continuidade deste governo, que implica aguçar a crise do



Raul Pont (PT-RS)

Collor



a ter uma espécie de Plano Diretor, que exigiria do Congresso um voto de confiança.

A violência da reação de Collor os deixou estupefatos. A primeira tese que levantaram foi da mesma dimensão, em extravagância, de suas anteriores expectativas de entendimento. Collor resolveu partir para o confronto aberto, disseram. E a arma desse duelo de morte seria a hiperinflação programada.

ARTICULAÇÕES. Num esforço que logo se provaria inútil, de buscar uma forma de ganhar o duelo com Collor como se nada de essencial houvesse ocorrido, foram disparadas diversas e curiosas articulações. Um jantar na casa do Presidente do Senado, Mauro Benevides, feito em homenagem a João Roberto Marinho, um dos filhos do patriarca da organização Globo, acabou transformado num encontro entre o presidente do PMDB e do PSDB, Orestes Quéricia e Tasso Jereissati, para tratar de um entendimento entre os dois partidos para governar, a despeito de Collor. Quéricia não

tinha nada a ver com essa aproximação parlamentarista com Collor, evidentemente.

Na manhã do dia primeiro, um café da manhã entre o presidente da Câmara Ibsen Pinheiro e os líderes do PSDB, PMDB e PT, para tratar da agenda do Congresso no fim do ano, foi transformado numa articulação para montar o "parlamentarismo branco", outra extravagância que suporia uma unidade entre os dois partidos da oposição conservadora e o PT para tocar o governo, a despeito de Collor. Ambicioso e esperto, Ibsen tenta puxar o PT para uma posição de centro, dita moderna. Entre suas intenções e a realidade, porém, havia uma diferença **mais ou menos**.

No dia 6, quando a Emenda Richa foi à segunda votação no Senado, as ilusões que já viajavam sem base alguma, se dissiparam. O governo virou a votação, pressionando diretamente uma dezena de senadores.

OS PAPÉIS DO ACORDO. Muitos parlamentares não viram. A grande maioria, pouco entende;

outros, sequer notam o que se diz através do oráculo desses tempos, o Banco Central. Mas a verdade é que, ao puxar os juros para o alto, mas, ao mesmo tempo, ao garantir ao grande capital financeiro a segurança de seus **ativos**, Collor já desarmara as bases da oposição conservadora apoiada em setores do grande empresariado brasileiro. No dia 16 de outubro, as primeiras palavras do código desse **entendimento** essencial, entre os setores do capital financeiro, já haviam sido pronunciadas. Sentindo o descontrole monetário, o Senado aprovou o lançamento de novos papéis da dívida pública, as Notas do Tesouro Nacional, papéis pós-fixados que permitem aos grandes capitais conviver com inflação alta.

Hoje, todas as grandes empresas competitivas são empregadoras de capital ao governo em operações de curto prazo. Seu maior desespero, então, é ver seu capital aplicado nesses papéis começarem a perder da inflação: - é como se o seu sangue se estivesse esvaindo.

A pre-fixação dos juros nor-

malmente corresponde a essa sangria, quando a inflação se acelera. Pois o governo, para não estimular a inflação, sempre **pré-fixa por baixo**, para menos do que realmente ocorre.

Com a pós-fixação, o governo paga aos grandes capitais estacionados nas aplicações de curto prazo, juros **sobre a inflação**, qualquer que seja ela. Ou seja: qualquer que seja a inflação, enquanto estiver de pé, com forças, o Estado brasileiro garante que paga com correção monetária - e em primeiro lugar, pois a Constituição garante esse privilégio - os juros de quem compra seus títulos.

Logo no início de novembro, imediatamente após o disparo da política de juros muito elevados, o Banco Central começou a vender os papéis pós-fixados. Os grandes empresários que já começavam a desviar aplicações para o câmbio negro (os pós-modernos chamam de **paralelo**) do dólar e para compras de ouro voltaram para os papéis garantidos pelo Estado.

Já no fim da primeira sema-

na de novembro, os "mercados estavam calmos". Quer dizer, os grandes patrões estavam mais tranquilos. No final da segunda semana de novembro, derrotada a Emenda Richa, sobreveio a calma política.

O Congresso voltou a sua vidinha de sempre. A grande questão em debate passou a ser então uma disputa entre **lobbies** de diferentes tipos de oligopólios em torno da concessão de novos incentivos à Zona Franca de Manaus, que o cartório da indústria automobilística estrangeira instalada no país por exemplo considera demais em matéria de abertura de mercado.

No dia 20, a despeito do empenho da esquerda e da oposição nacionalista, e com relativa cumplicidade do PMDB - que não fechou questão em torno do assunto, os vetos do presidente à política salarial, - em particular vetos contra todas as tentativas de indexar os salários pelo menos parcialmente com a inflação - foram mantidos.

Brasil", pondera. Lima, porém, reconhece que a saída não é simples, pois ela deve ser encontrada no meio civil, dentro da ordem constitucional (renúncia ou *impeachment*) e supõe novas eleições presidenciais diretas. Na opinião de Lima, o parlamentarismo também poderia ser uma saída, mas alerta que está em curso "uma antecipação do plebiscito para sair pela direita, com três ou quatro partidos apenas". Como a correlação de forças no Congresso beneficia Collor, Lima aponta para a necessidade da pressão popular, para chegar-se a uma mudança antes das eleições municipais. "Ninguém quer segurar a alça do caixão do governo Collor", constata ele.

"Irreal e inconseqüente". Assim o líder do PCB, Roberto Freire, classifica as propostas de



Haroldo Lima (PC do B-BA)

impeachment. E afirma que parlamentarismo só no próximo mandato. O ideal, para ele, é fazer o plebiscito em abril de 1993 e aprovar as medidas preparatórias para o novo regime antes das eleições de 1994. Talvez por que sinta a esquerda fragilizada e o movimento sindical transformado em "instrumento de interesses corporativos e de partidização", Freire tem uma visão particular sobre o papel da oposição. "Ela deve continuar como sua política responsável, não aprofundar a crise, nem criar impasses", diz Freire, que identifica o PSDB e o PMDB com "oposição liberal e centrista, de sustentação ao governo".

Embora por motivos diferentes, o líder do PSB,



Roberto Freire (PCB-PE)

José Carlos Sabóia, do Maranhão, também teme o impedimento de Collor. "É um caminho sem volta. Polariza e pode colocar o presidente como refém ou herói".

Preocupado com a "desarticulação do Congresso e dos partidos de esquerda", Sabóia lamenta que o PMDB tenha se descaracterizado e negocie ponto a ponto com o governo, pois "não tem ideário nem programa". Esperando que a campanha de 1992 faça a sociedade aprofundar sua compreensão da crise, o líder do PSB acha que, como está, o governo não chega a 1994. Cai antes. "Ou por golpe, ou por aventura das elites", conclui ele.



José Carlos Sabóia (PSB-MA)

HÉLIO DOYLE, de Brasília

NO DESERTO COM KADHAFI

A difícil situação internacional criada pelo domínio de uma potência única e agressiva: este o tema principal da conversa de 40 minutos que o presidente do PT, Lula, o secretário-geral, José Dirceu, o secretário de Relações Internacionais, Marco Aurélio Garcia, tiveram com o líder líbio, na última terça-feira de outubro, 29, na tenda em que Kadhafi mora, perto da capital, Trípoli.

Foi uma coincidência: no dia anterior os dirigentes petistas tinham visitado na cidade as ruínas do Palácio Presidencial que os americanos bombardearam em 1986, hoje transformadas numa espécie de museu da luta antiimperialista; e um dia depois, indo a Tunis, para uma reunião com Yasser Arafat, leram no avião a notícia do processo internacional que visa punir dois funcionários líbios e, a partir daí, criar o pretexto para uma nova ação armada americana contra Kadhafi.

No último dia 15, Marlin Fitzgerald anunciou oficialmente o empenho do governo americano em punir Abdel Baset e Amin Khalifa que uma investigação internacional dirigida pelos EUA aponta como culpados pela explosão de um Boeing da Panam, logo após ter decolado do aeroporto de Londres, em 1988. O porta-voz da Casa Branca disse que os americanos iniciarão nos próximos dias esforços internacionais para garantir a punição; o governo líbio já disse que qualquer processo contra eles deverá ser feito pela justiça de seu próprio país.



Lula vai a Israel, no começo de 1992. E pretende visitar os territórios árabes ocupados. A delegação petista foi recebida em um jantar festivo por Yasser Arafat e a cúpula do Conselho Nacional Palestino. Um cordeiro recheado com arroz foi o prato principal. E a conversa teve dois temas: a viagem de Lula a Israel, que Arafat considera uma ótima iniciativa; e a Conferência entre árabes e Israel, que estava em pleno curso, e da qual de modo indireto Arafat participava, sendo consultado ao telefone, seguidamente, pelos representantes palestinos em Madri (ver matéria na pág. 11 e entrevista na pág. 16).



CONGRESSO

Diferentes, mas colloridos

Um bloco está no governo. outro quer entrar, imediatamente. outros seguem o rumo do barco

O Brasil já estava mal sem Collor e mesmo as idéias liberais que ele passou a promover de modo mais exacerbado não são novas. Não se pode, portanto, atribuir a crise atual, à pessoa do Presidente. Mais ainda: pelo fato de ter comandado algumas modificações de relativa importância no conteúdo e nos métodos do governo, Collor só pôde conduzir o país até os dias de hoje com o apoio da maioria parlamentar. Quem é essa maioria collorida? O bloco parlamentar de apoio ao governo - PRN, PFL, PMN - mal chega aos 25% dos votos na Câmara.

De um modo geral, a segunda força de apoio ao governo é outro conjunto de partidos da direita, que se formalizou também como bloco, com o título de "independente", formado pelo PDS, PTB, PL e PDC. Esse novo bloco não está no governo e não o apóia incondicionalmente. No momento, inclusive, para garantir o apoio mais sistemático a Collor, para evitar as barganhas caso a caso, difíceis e demoradas, que uma situação de crise torna mais temerárias, os novos independentes estão querendo participar do governo - ter cargos relevantes, ministérios possivelmente. É esta a primeira opção de Collor para ampliar sua sustentação política, com certeza.

A OPOSIÇÃO CONSERVADORA. Os dois blocos da direita juntos não chegam a 50% da Câmara. Além disso, interesses particulares sempre se interpõem e quase nunca se tem todos os deputados de um partido presentes.

Collor, portanto, só pode fazer os delicados movimentos de mudança na condução da crise brasileira porque encontrou o apoio - e apoio firme - em dois grandes partidos que fazem oposição a seu governo, mas concordam com o rumo geral dessas modificações - o PSDB e o PMDB.

Como **Brasil Agora** já destacou na história sobre a venda da Usiminas (edição nº 2), mesmo o apoio da oposição nacionalista - o PDT - foi essencial para Collor chegar ao ponto em que chegou.

Para os partidos de esquerda, está claro que o empenho fundamental do governo Collor é o de integrar o Brasil ao bloco das economias capitalistas avançadas, especialmente o tripé Estados Unidos-Japão-Alemanha. E a integração se processa sob o re-

ceitúrio neoliberal: redução do estado, privatização, abertura das fronteiras comerciais e monetárias e reconhecimento dos direitos comerciais das empresas estrangeiras sobre patentes, em particular sobre as novas tecnologias nas áreas química, farmacêutica, informática, biotecnologia.

OBSTÁCULOS. A maior dificuldade de Collor no início de seu governo foi aprovar a proposta de privatização de uma série de empresas estatais, a começar pela Usiminas.

No famoso Plano Collor inaugural - não tinha número, pensava-se que seria o único -, a tese da privatização passou por grande

A aprovação da MT-299, que se aproveitou de ambigüidades na redação da lei inicial das privatizações, e foi feita num conluio da liderança do PSDB, do PMDB e do bloco governista, é a maior prova da identidade de objetivos mais gerais entre esses dois grandes partidos da oposição conservadora e os blocos ligados diretamente ao governo collorido.

A demora na definição dessa questão revela as dificuldades existentes para o governo, mas reflete também o enfraquecimento continuado e profundo dos setores mais ligados aos interessados nacionais e menos dependentes de capitais, tecnologias e mer-

de empresas brasileiras de capital nacional em joint-ventures).

Mais uma prova dessa identidade de objetivos e métodos da modernização conservadora do país é a tramitação do chamado Código da Propriedade Intelectual no Congresso.

Depois que o Brasil, após anos de pressão americana, alterou a Lei da Informática, o reconhecimento das patentes de processos químicos e farmacêuticos tornou-se - ao lado da cobrança da dívida - a principal questão dos capitais estrangeiros contra o governo brasileiro. Com apoio do PMDB e do PSDB, dia 23 de outubro, o governo conseguiu agora que o projeto de lei tramite em

comissão especial, o que permitirá que seja ele apreciado e votado ainda este ano. Rapidamente, e não como pretendia a oposição de esquerda e a nacionalista, quem vem tentando fazer com que o seu andamento se desse sob o estatuto dos códigos, leis especiais de tramitação mais lenta. Mas a pressão americana direta sobre o governo Collor, e o acordo essencial do governo com os conservadores da oposição determinaram a mudança. Por 248 votos contra 89, com a virada decisiva do líder do PMDB, o plenário da Câmara derrubou o parecer do relator da Comissão, que opinava pela tramitação do projeto, como o código.

A oposição conservadora concorda ainda com o governo em outra questão decisiva: o privilégio ao capital financeiro, com a garantia de correção monetária pelo Estado para as aplicações dos grandes capitalistas em títulos do Tesouro Nacional. No gover-

no Sarney, a proteção se estendeu aos intermediários do setor financeiro: bancos, corretoras, distribuidoras de valores mobiliários que, no Brasil, obrigatoriamente "carregam os papéis do governo".

No governo Collor, essa proteção caiu inicialmente. Agora, já voltou para os aplicadores nos títulos federais.

E, no rumo que a crise vai tomando, sem uma presença decisiva da oposição popular na sua solução, em breve a proteção do Estado se estenderá de novo aos intermediários financeiros. Já a indexação dos salários, esta continua sendo considerada a causa de todas as crises.

A Política dos Blocos (quem é quem na Câmara dos Deputados)

		Nº de deputados	%
SITUAÇÃO	Bloco de direita "independente" PTB, PDS, PL e PDC	112	22,3
	Bloco governista PFL, PRN e PMN	124	24,7
	Governistas avulsos PTR, PST e PRS	21	4,2
OPOSIÇÃO	Oposição conservadora PMDB, PSDB	143	28,5
	Oposição nacionalista PDT	43	8,5
	A esquerda PT, PSB, PCdoB e PCB	54	10,8

* Há 6 deputados (1%) sem partido

A tabela acima é uma definição, em linhas gerais, das posições dos partidos no espectro político, da esquerda para a direita, quando lida de baixo para cima. Evidentemente, não significa que todo parlamentar de cada um dos partidos esteja enquadrado na classificação. PSDB, PMDB e PDT, por exemplo, têm parlamentares próximos da esquerda mesmo que votem com a esquerda, sistematicamente, e que estejam nesses partidos por injunções políticas locais, às vezes.

Os partidos da situação são menos conhecidos do público democrático. O PDS é o mais antigo: é o partido de Paulo Maluf, do deputado Delfim Netto, herdeiro da antiga Arena, o partido de sustentação da ditadura militar. O PFL, partido do senador Marco Maciel, do deputado Francisco Dornelles, sobrinho de Tancredo Neves, é formado pelos dissidentes do PDS que apoiaram Tancredo no Colégio Eleitoral. O PTB foi articulado por Brizola mas entregue pelo governo militar aos adversários de Brizola no antigo trabalhismo, de herança gatulista. PRN é o partido de Collor. PL, PRS, PST, PTR, PDC são partidos menores, criados para viabilizar candidaturas praticamente estaduais. O PST tornou-se paranaense, agora que foi ocupado pelo ex-governador do Paraná, Álvaro Dias, por exemplo. O PTR é o partido do governador Hélio Garcia, que viabilizou sua candidatura ao governo de Minas.

maioria, mas com uma ressalva crucial, como se veria depois: por imposição do PDT, do PMDB e mesmo de setores do PSDB, não se aceitou o esquema de Collor para atrair com privilégios o capital estrangeiro. A lei de privatização aprovada pelo Congresso proibia a utilização das depois famosas "moedas podres" na compra das estatais, particularmente os papéis que representavam os atrasados devidos pela dívida externa brasileira.

O governo Collor e todos os interessados na vitória do modelo neoliberal martela suas idéias para a opinião pública até conseguirem a vitória completa nessa questão estratégica.

cados externos.

A MANOBRAS DO CÓDIGO. Outra prova da mudança é a alteração radical da Lei da Informática, aprovada pela primeira vez em 1984, no auge da luta contra a ditadura, pela quase unanimidade do Congresso Nacional e alterada drasticamente agora para permitir a associação com os capitais estrangeiros nos últimos meses (sua forma final foi dada com 4 vetos de Collor há poucos dias; sintomaticamente, Collor vetou parágrafos que permitiam uma certa fiscalização das entidades de trabalhadores nos problemas decorrentes da automação, bem como o Conselho a quem caberia fiscalizar o respeito aos interesses

Apartheid, até quando?

Greve geral bem sucedida mostra que maioria negra quer rapidez nas reformas democráticas



Eles querem ter o direito de votar

O primeiro encontro simbólico entre os movimentos negros e o governo de minoria branca da África do Sul, para preparar as reformas constitucionais, está marcado para os dias 29 e 30 de novembro.

O apartheid é definido por um conjunto de mais de 300 leis que começaram a ser promulgadas a partir de 1948, pelo Partido Nacional, exclusivo dos brancos, e revogadas desde agosto de 1989. O último pilar legal do regime segregacionista - Lei de Registro da População, que foi derribado pelo Parlamento sul-africano em julho passado -, classificava os cidadãos de acordo com sua raça. Mas a maioria negra advoga que só haverá uma sociedade justa quando o sistema político for definido pelo direito universal de voto, ou seja, pela máxima ditada pelo Congresso Nacional Africano (CNA - movimento liderado por Nelson Mandela): "um homem, um voto".

NOVA CARTA. Durante 1992, a população sul-africana composta por 24 milhões de negros e 5 milhões de brancos mergulhará no processo de elaboração de uma nova carta constitucional que permita deixar, de fato, o apartheid para trás. De acordo com Mandela é preciso, porém, que se estabeleça um governo provisório e uma Assembléia Constituinte que legitime as reformas. Já o presidente De Klerk pretende apenas encaminhar um projeto de lei que permita aos negros participarem do plebiscito sobre a nova Constituição.

Para enfrentar o governo de minoria branca, movimentos ne-

gros rivais se uniram na Frente Patriótica, uma coalizão que engloba, principalmente, o CNA e o Congresso Pan-Africano, organizações anti-apartheid que foram legalizadas pelo atual governo. Do outro lado, além do Partido Nacional, está o grupo negro conservador zulu Inkhata, liderado por Mangosuthu Buthelezi, que serviu ao governo branco durante o regime do apartheid. Em julho passado, o governo sul-africano reconheceu ter entregado ao Inkhata, através da polícia, 90 mil dólares, para que se organizassem manifestações contra o CNA.

LIBERAÇÃO. O presidente Frederik De Klerk já conseguiu impressionar a comunidade internacional em sua disposição de acabar

com o regime segregacionista sul-africano. Desde 1986, o governo de Pretória sofria com as sanções econômicas impostas pela ONU. No início de julho passado, antes ainda que o fim da Lei de Registro da População fosse aprovado, o presidente dos EUA, George Bush, suspendeu as sanções impostas também pelo Congresso americano, por acreditar que Pretória havia cumprido as cinco exigências estabelecidas para o fim das sanções: a revogação das leis racistas, a suspensão do estado de emergência, a legalização dos partidos políticos, a libertação dos presos políticos e o fim dos processos. Já os movimentos negros insistem que só o direito de voto a toda população garantirá as transformações na África do

Sul. O Congresso Pan-africano, mais radical que o CNA, defende que o fim das sanções deveria coincidir com a chegada dos negros ao poder. O CNA, por seu lado, teme perder as conquistas atuais sem a pressão da comunidade internacional. Ainda que se sintam abandonados, os movimentos negros anti-apartheid não se intimidam e demonstram sua disposição de lutar pelo direito de cidadania em todos os setores. A maior prova do poder político dos negros foi sacramentada pela greve geral do início de novembro, quando pelo menos 80% dos trabalhadores cruzaram os braços em protesto contra a introdução do Imposto ao Valor Agregado - taxa de 10% sobre alimentos e serviços. A paralisação foi convocada pelo Congresso de Sindicatos da África do Sul (Cosatu), ligado ao CNA. O sucesso deste movimento dos negros mostra que os instrumentos democráticos já podem ser utilizados como armas a seu favor. Diante do novo quadro, o CNA sabe, porém, que tem que agir rápido e ter uma nova Constituição aprovada antes de 1994 quando, de acordo com a lei atual, seria obrigado a convocar novas eleições - o que poderia resultar num novo período de dominação da minoria branca.

FLÁVIA DE SAMPAIO LEITE

ORIENTE MÉDIO

O balé arrastado das negociações

Conferência de Paz: prosseguem os contatos bilaterais entre Israel, árabes e palestinos

As negociações de paz no Oriente Médio já não se desenrolam frente às câmaras e refletores de TV, como ocorreu em outubro, em Madri. É no complicado terreno da diplomacia secreta que Israel vem mantendo negociações bilaterais com os países árabes, o que inclui uma delegação conjunta de jordanianos e palestinos. Como as conversações estão sendo patrocinadas pela Casa Branca e sem o entusiasmo de Israel, o progresso só pode ser identificado milimetricamente, por meio da captação de "sinais" nos bastidores. Os "sinais" mais fortes vêm justamente da conversa bilateral entre Israel e os jordanianos - palestinos.

RECUO. Um exemplo foi a atitude do primeiro-ministro ultra-conservador de Israel, Itzhak Shamir, desistindo de processar a porta-voz dos delegados palestinos, a professora Hannan

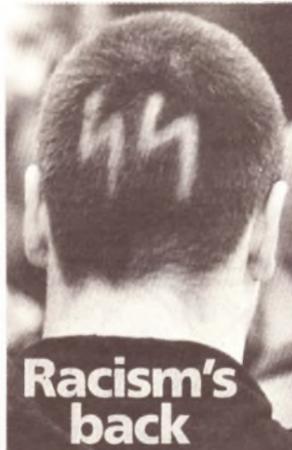
Ashrawi. A direita mais dura do gabinete Shamir pediu uma acusação contra Hannan, por "manter contatos com uma organização terrorista" (como Israel define a OLP), o que é proibido pelas leis do país. Mas Shamir voltou atrás atendendo a um apelo da Casa Branca. Do lado palestino, os mesmos "sinais" podem ser vistos no aumento da intensidade dos ataques armados da Al Fatah (facção majoritária dentro da OLP) a militantes de grupos contrários ao processo de paz.

SÍRIOS. Enquanto isso, estão empacadas as conversações de israelenses e sírios. Itzhak Shamir insiste em não devolver "nem uma polegada" das Colinas do Golã, que Israel tomou aos sírios em 1967. "Todos querem nossos territórios como se fôssemos um grande país. Somos apenas um pequeno Estado", choramingou

Shamir. A própria oposição trabalhista - que defendia a desocupação do Golã, já fala em "compromisso territorial sem abandono total da área". Os trabalhistas temem que uma posição mais explícita em favor da retirada irrite os eleitores israelenses, que sempre viram a Síria como uma espécie de Grande Satã árabe.

INTRANSIGÊNCIA. Quanto ao presidente sírio, Hafez el-Assad, ele garante que não haverá processo de paz caso Israel se recuse a discutir a devolução das colinas do Golã. A diplomacia norte-americana já está se mobilizando para pressionar Israel a suavizar seu discurso. Afinal, a Casa Branca sabe que sem um passo adiante na resolução das pendengas sírio-israelenses, pouco adiantam os avanços obtidos entre Israel e os palestinos.

JAYME BRENER



A capa do The Economist sobre a volta do fascismo

DUKE NÃO ESTÁ SOZINHO

David Duke, o ex-líder da Ku Klux Klan, que obteve 39% dos votos na disputa pelo governo do Estado da Louisiana no último dia 16 de novembro, perdeu as eleições mas, de fato, consolidou uma base para novas investidas. Desde 1975, diz o Wall Street Journal, ele vem crescendo em número de apoiadores e de fundos arrecadados. Seu David Duke Report, um boletim mensal vendido a 50 dólares, já tem 14 mil assinantes, a maioria fora da Louisiana.

A extrema-direita ganhou no Mississippi. Uma semana antes, numa eleição sem tanto destaque quanto a da Louisiana, Kirk Fordice ganhou a disputa pelo governo do Estado. Fordice, revelou um jornalista após as eleições, defende a revogação da lei dos direitos civis de 1965, que forçou o fim da discriminação no sul do país.

Partido da Liberdade é o nome da extrema-direita austríaca, que vem crescendo muito. Nas eleições do ano passado, o PL já tinha dobrado sua representação federal: chegou a 33 cadeiras, num total de 183. No último 10 de novembro, na Viena chamada de vermelha em função do voto social-democrata amplamente majoritário desde 1945, o PL conseguiu 23% dos votos, tornando-se a segunda força política da cidade.

O Partido Croata de Direita e suas milícias armadas têm grande força naquela região da Iugoslávia e teriam 16% dos votos se houvesse eleições, diz o jornal Le Monde.

Abertura para poucos

Em vez de fator de integração, o Mercado Comum do Sul reforça privilégios e rebaixa salários



AIDS E FINANÇAS

Ervin "Magic" Johnson, o herói do Los Angeles Lakers, que revelou ser portador do vírus da Aids no último dia 7 de novembro, descobriu que estava infectado ao fazer um teste de sangue para renovar sua apólice de seguro no início do ano. O teste é uma rotina de todas as seguradoras americanas atualmente. E representa, no fundo, uma discriminação contra os doentes: quem mais precisa do seguro é impedido de ter a proteção, porque não passa pelo teste.

50 bilhões de dólares é o quanto se estimava que as companhias de seguro estariam pagando por ano, a partir de 2000. A estimativa foi feita em 1986 quando se presumia que 1,5 milhão de americanos já estavam infectados e que, naquele ano, 58.000 desenvolveriam a doença.

As companhias impuseram os testes de sangue a partir de 1986. Os ativistas de defesa dos aidéticos entraram na Justiça mas foram sucessivamente derrotados. Em 1989 os tribunais federais e estaduais já tinham ampla jurisprudência a favor das companhias seguradoras.

Como resultado: O sistema público de seguro de saúde americano - o Medicaid - é quem arca, cada vez mais, com os pagamentos das despesas no tratamento dos aidéticos. As despesas das companhias privadas com a Aids no ano 2000 deverão estar na casa dos 15 bilhões de dólares e não dos 50 bilhões; trabalhadores com Aids em empresas privadas que têm seguro de seus funcionários escondem a doença e não mudam de emprego, com medo dos testes que os identificariam.



A história do Mercosul começa em julho de 1986, quando os presidentes do Brasil, José Sarney, e da Argentina, Raul Alfonsín, assinam a Ata de Integração: são 12 protocolos definindo metas de atuação conjunta em setores como bens de capital, produção de trigo, comércio etc. Em dezembro, assinam a Ata da Amizade e aumentam o número de protocolos para 17 (em 1989, chegariam aos atuais 24). Mas foi em 1988 que se definiu, pela primeira vez, um prazo (10 anos) para a formação de um Mercado Comum entre os dois países. Aprovado pelo Congresso brasileiro em 1989, o prazo vai até 1999.

Seria o tempo para as tarifas alfandegárias serem reduzidas gradativamente até zero, formarem-se empresas binacionais, intensificar-se o intercâmbio cultural e comercial, a produção adaptar-se a novas demandas e até mesmo nascer uma moeda única, o Gaúcho.

Não faltaram números eufóricos: viu-se aí um mercado de 180 milhões de consumidores (juntando a população dos dois países). Em 1990, Brasil e Argentina tinham novos presidentes, com outra visão sobre o processo de integração e, em julho, Collor e Menem antecipam o prazo de formalização do acordo para 1994, coincidentemente, ano de eleições. Naquele mês, 170 produtos, entre carnes, vinhos finos, hortigranjeiros, conservas e queijos passaram a ser livremente comercializados.

Outros produtos ainda pagam tarifas, mas elas vão diminuindo a cada seis meses. Poucos continuarão taxados quando chegarmos em 31 de dezembro de 94, data em que cairão todas as tarifas.

Em agosto de 1990, Paraguai e Uruguai foram convidados e no dia 26 de março de 1991 foi assi-

nado o Tratado de Assunção, que constituiu o Mercado Comum do Sul, referendado pelo Congresso brasileiro. A partir de 29 de novembro deste ano, os dois países entram no calendário de redução de tarifas alfandegárias.

IMPACTOS. Alguns números podem dar uma noção do que estes acordos podem representar. O PIB uruguaio é 6,7 bilhões de dólares, a população, 3 milhões. "Se o mercado potencial do Brasil for 30 milhões de pessoas e o Uruguai conseguir 10%, dobra o seu mercado", diz a economista Sonia Teruchkin, da Fundação Estadual de Estatística (FEE), do Rio Grande do Sul. Mais: 35% do co-

mércio exterior uruguaio é com os outros três países do Mercosul. No caso paraguaio, este percentual sobe para 44% numa população de 4,2 milhões e PIB US\$ 6 bi. Os dados argentinos mostram um PIB de US\$ 79,4 bi para 32 milhões de habitantes e 15% do seu comércio exterior com os três países. Mas Argentina, Paraguai e Uruguai representam, juntos, 6,5% do comércio exterior brasileiro, um país com PIB de US\$ 323 bi (em 1989) e 150 milhões de habitantes. Isto é, o Brasil é mercado para estes países, mas eles não são para o Brasil.

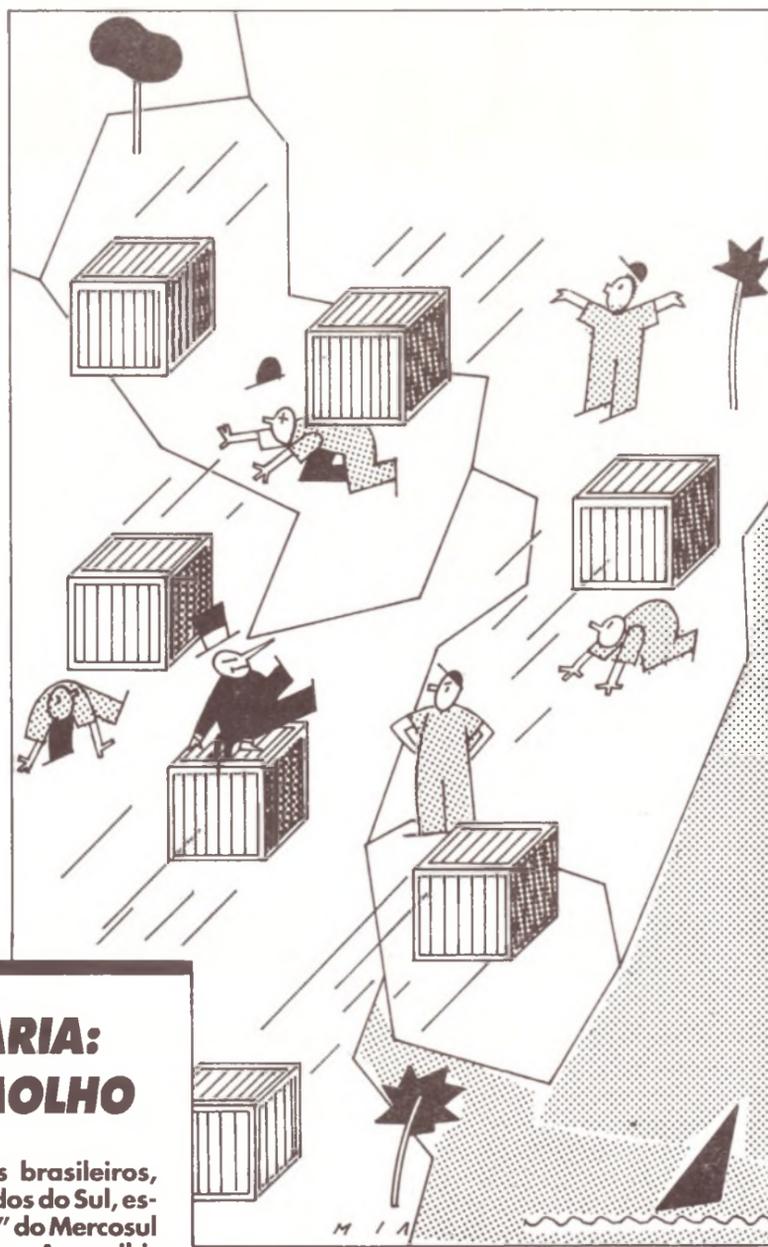
ATROPELOS. Quando Collor e Menem anteciparam o prazo

para concluir a integração, mexeram fundo nos acordos iniciais e para pior - "Eles se concentraram na questão comercial", diz Terezinha Bello. Junto com Beky Macadar, ela publicou um trabalho sobre os efeitos no Mercosul. "Questões como integração cultural, expansão de comércio, empresas binacionais, ficaram de lado e agora estão sendo discutidas em subgrupos", diz Sônia.

É o que também diz o presidente da CUT-RS, Jairo Carneiro: "Não se fala no social. Os trabalhadores não são contra a integração, mas querem participar". Ela mesmo reconhece que a preocupação dos assalariados com o assunto é tardia e agora realizam seminários e discussões para se informar melhor. Os setores empresariais, principalmente argentinos, e os governos já debatem o assunto há tempo.

SINDICALISMO. Os trabalhadores uruguaios e argentinos estão às voltas com problemas sérios. Suas garantias trabalhistas são melhores que as brasileiras, mas os governos pressionam para abolí-las. "A Argentina quer privatizar a Previdência", exemplifica Carneiro. "Tudo consequência do discurso neoliberal, liderado por George Bush", acrescenta. Um discurso contra os subsídios, contra as tarifas alfandegárias, contra a estabilidade no emprego e pela privatização. "A redução tarifária para produtos também fora do continente é atendimento ao FMI", revela Beky Macabar.

Assim como governos e empresários estão discutindo em conjunto, também devem fazê-lo os trabalhadores. O Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre promove um seminário internacional em dezembro, para reverter uma tendência flagrada por Jairo: "O Mercosul está se tornando um fator de desintegração. E sua primeira consequência é o rebaixamento de salários". Para Terezinha, está na hora do movimento sindical se mobilizar: "Não está havendo uma política de distribuição de renda e alguns líderes estão assumindo o discurso dos setores ineficientes. Na verdade, o movimento sindical tem que lutar é por melhor distribuição de renda. Quando acontecer isso, a produção dos quatro países juntos não atenderá ao mercado do Mercosul".



AGROPECUÁRIA: BARBAS DE MOLHO

Os empresários agrícolas brasileiros, principalmente dos estados do Sul, estão com um "baita medo" do Mercosul - principalmente da Argentina. A possibilidade do Brasil importar produtos agropecuários sem impostos, sinaliza para eles uma difícil concorrência "dentro de casa", os preços mais baixos obrigando a uma redução das margens de lucro.

A Argentina compra muito do Brasil - 14%, em média, do total das exportações -, principalmente produtos industriais. Já o Brasil responde por apenas 7%, em média, do total exportado pela Argentina. Trigo, carne bovina, laticínios, maçã, alho, cebola, vinho e mel, produzidos a custos inferiores, com menos tributos, despesas portuárias e frete.

Alegam os produtores brasileiros que perderão com a liberação das importações dos países do Mercosul (Uruguai e

Paraguai também exportam para o Brasil principalmente produtos agropecuários), e já iniciaram um movimento principalmente contra a tributação da agricultura. Acostumados a subsídios, sonegação de impostos, rolagem de dívidas e quotas, eles correm da competição e do mercado livre.

Essa concorrência acabará beneficiando, mais uma vez, os empresários - produtores, agroindustriais e os comerciantes grandes varejistas. A população talvez até pague menos, mas será muito mais do que deveria, porque os preços ao consumidor são livres.

40 acres e uma mula

Pode confiar nos diretores do novo cinema negro nos EUA: são negros de alma negra

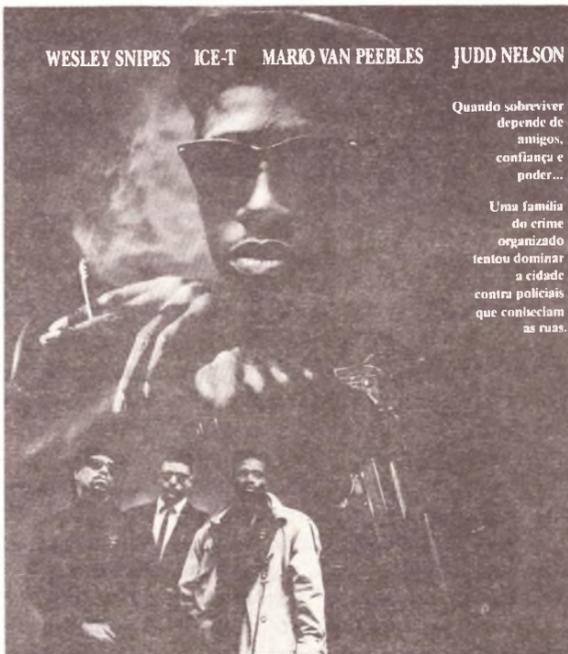
Em 1865, com o fim da Guerra Civil Americana, uma emenda (a 13ª) à Constituição dos Estados Unidos legalizou a abolição da escravidão. E mais: cada ex-escravo, de acordo com uma promessa do governo, teria direito a 40 acres (cerca de 16 hectares) de terra e uma mula. A idéia era que cada negro, de posse da terra e de um animal de tração, pudesse começar vida nova. A promessa, óbvio, jamais foi cumprida. Em compensação, no ano seguinte, 1866, surgiu no Sul do país a Ku Klux Klan.

Essa historinha exemplar é uma das preferidas do cineasta negro americano Spike Lee, que batizou sua produtora cinematográfica com o sugestivo nome de 40 Acres and a Mule Filmworks. Autor de filmes de sucesso como *Faça a Coisa Certa*, *Mais e Melhores Blues* e *Febre da Selva*. Seu filme mais recente, aliás, com estréia prevista para o ano que vem, terá como tema a vida de Malcolm X - o líder radical dos Panteras Negras, adepto do "bateu, levou", em contraposição ao pacifismo quase gandhiano de Martin Luther King.

NOVA SAFRA. A principal contribuição de Spike Lee ao movimento *black* talvez seja a de ter aberto caminho para uma nova safra de diretores negros. Jovens como John Singleton, 23 anos, autor de *Boys 'n The Hood - Os Donos da Rua*, recentemente exibido no Brasil. Da mesma forma que o bairro do Brooklin, em Nova Iorque, é uma constante nos filmes de Spike Lee (que nasceu na Geórgia, mas foi criado e mora em NY até hoje), John Singleton escolheu South Central L.A., o bairro de Los Angeles onde cresceu, como cenário de *Os Donos da Rua*. Singleton conhece o pedaço. Sabe



DIVULGAÇÃO



DIVULGAÇÃO



DIVULGAÇÃO

O filme de Van Peebles (foto maior) Singleton (no alto), Spike Lee e sua turma: barra pesada

o que é ser criado num bairro pobre, cheio de desempregados, com as ruas dominadas por gangues juvenis metidas no tráfico de "crack", tendo como música de fundo o barulho dos tiros noturnos e dos helicópteros da polícia.

TERCEIRO MUNDO. Exagero? Nada disso. Cerca de 25% dos

negros americanos entre 20 e 30 anos cumprem pena ou estão em liberdade condicional. Um homem que more num país de Terceiro Mundo, como Bangladesh, tem mais chances de chegar aos 65 anos do que um negro que viva no Harlem, em Nova Iorque. O assassinato por arma de fogo é responsável por quase a metade de todas as mortes de jovens negros nos EUA. Não é à toa, portanto, que John Singleton começa os *Donos da Rua* com uma advertência: "Um de cada 21 negros

lhões na primeira semana de exibição nos EUA. Uma "new jack city", explica o diretor, pode ser qualquer cidade grande nos EUA. Qualquer cidade onde o consumo de drogas - "crack", principalmente - faça surgir uma nova casta: a dos "druglords", reis do tráfico. Gente como Nino Brown, um "druglord" vivido pelo ator negro Wesley Snipes (o arquiteto de *Febre da Selva*). Gente cuja ética se resume a ficar rico a qualquer custo e a ostentar a riqueza em carros importados e tênis de 200

dólares. E a gente? Ora, é óbvio que os impactos dessa nova consciência negra norte-americana têm chegado ao Brasil. Não convém esquecer que os filmes

de Spike Lee, John Singleton ou Mario Van Peebles são bastante críticos quanto à violência, drogas, racismo e ascensão social a qualquer custo.

A questão drogas/criminalidade entre adolescentes afeta a comunidade negra dos EUA da mesma maneira que miséria/extermínio de menores afeta a brasileira. A questão é planetária, e o novo cinema negro americano, ao som do "rap", dá seu recado com seriedade. Valeu a lição dos 40 acres e uma mula. Os negros brasileiros também já sabem que nem tudo que reluz é ouro. Que o diga a Lei Áurea.

FERNANDO PAIVA

O Dia da Consciência Negra

Os movimentos negros lembram o dia da morte de Zumbi, o rei dos Palmares.

Em São Paulo o Dia da Consciência Negra - 20 de novembro - foi comemorado com pelo menos dois eventos de âmbito nacional. Um deles foi o 1º Encontro Nacional de Entidades Negras - ENEN - que a deputada Benedita da Silva (PT-RJ) definiu como uma tentativa de superar o "chororô" e partir para uma organização mais efetiva. Na Universidade de São Paulo, três organismos (Núcleo de Consciência Negra da USP, Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Instituto da Mulher Negra) se coligaram para organizar a "Semana Zumbi dos Palmares", com a participação de políticos, professores, estudantes, funcionários e especialistas sobre o tema do negro no Brasil. O dia da consciência negra lembra a morte de Zumbi, o principal e último líder da chamada República Negra de Palmares, o

lendário quilombo que resistiu aos senhores de escravos por um século inteiro, entre aproximadamente 1590 e 1695.

REVOLTAS. Na América inteira houve um sem número de insurreições e revoltas escravas. A mais importante delas, sem dúvida, foi a que começou em 1791 na então colônia francesa de São Domingos e que levou à formação e à independência do Haiti, 12 anos depois. Esta história está contada num excelente livro - *The black jacobins*, de C. L. R. James, um clássico da história e da luta anti-escravista no mundo inteiro e que inexplicavelmente ainda não está traduzido no Brasil.

No Brasil, a revolta mais importante, dentre as inúmeras que houve, foi a que conduziu à formação de Palmares, que resistiu a sucessivas expedições de holan-

deses e portugueses na Serra da Barriga, onde hoje fica o Estado de Alagoas. Palmares caiu em meio a uma trama de acordos entre os senhores e ex-escravos e de sucessivas traições que dividiram e minaram a resistência da cidadela. O acordo mais importante levou muitos dos rebeldes a depor as armas e se estabelecer com seu chefe, Ganga Zumba, na cidade de Cucaú, que acabou destruída por lutas entre facções rivais. Zumbi, que nascera em Macaco, a capital de Palmares, morreu em 20 de novembro de 1695, após ser esfaqueado por seu ex-lugar-tenente Soares, já a soldo dos senhores de escravos. Ainda ferido, Zumbi morreu lutando com 20 de seus homens. Soares, este viveu até a velhice, e hoje é uma figura torva e esquecida.

JAYME BRENER



O SUPER-HERÓI

O acontecimento mais sensacional da 1ª Bienal dos Quadrinhos do Rio de Janeiro foi a revelação da identidade secreta de Carlos Zéfiro, o desenhista que encantou gerações de adolescentes em nossa sociedade patriarco-macho-moralista a partir dos anos 50 com seus desenhos erótico-pornográficos. Carlos Zéfiro foi contemporâneo e parte de um grande desenvolvimento do quadrinho brasileiro - ao lado de Álvaro Moya, Jaime Cortez, Flávio Colín e muitos outros. Mas ao contrário destes manteve sempre um anonimato rigoroso, escondido atrás do pseudônimo famoso. Segredo mais cobiçado do que a identidade do Homem Aranha em Nova Iorque, a identidade de Zéfiro veio à tona por iniciativa de Juca Kfoury, editor da Playboy, e dos organizadores da Bienal. É Alcides Aguiar Caminha, hoje com 70 anos, bisavô e funcionário público aposentado. Disse nunca ter revelado quem era por medo de perder o emprego, e que esteve em atividade criativa até o ano passado.

CHICO BOTELHO

Morreu no dia 6 de novembro. Chico Botelho, cineasta e professor da Escola de Comunicações e Artes da USP, de enfarte do miocárdio durante o sono. Botelho, que tinha 43 anos, estava no Rio para gravar um dos programas da série "Paisagens Urbanas", escritas por Nelson Brissac para a TV Cultura de S. Paulo. O cineasta, criador da Tatu Filmes, dirigiu as curtas "Gare do Infinito" (1972), "Corpo de Baile" (1974), e o documentário "São João Del Rey del povo" (1976).

Seu primeiro longa foi "Janete", premiado no Festival de Gramado de 1983, história de uma jovem sem família que cai na marginalidade. Depois dirigiu "Cidade Oculta" que venceu o 2º Rio Cine Festival, de 1986.



Luciano
(sobre desenho de GARY LARSON)

A LÓGICA DA DIFERENÇA

Numa década dominada pelo neo-liberalismo, a maior novidade partidária veio da esquerda - o PT. Já se acumula uma certa bibliografia sobre o tema, embora ela pouco possa dar conta da experiência *sui generis* de um partido que nasceu teorizando sobre seu "saudável empirismo" e, 11 anos depois de sua fundação, fez muito pouco a teoria de sua prática. Entre os estudos sobre as condições de surgimento do PT está a tese da brasilianista norte-americana Margaret Keck, que se concentrou especialmente nos anos finais da década de 70 e os iniciais dos 80, com uma pesquisa de campo centrada em 1982-83.

Margaret parte da natureza da transição brasileira, dos debates sobre o caráter da democratização, para passar àquele tema enfocado já em seus estudos anteriores - o novo movimento operário. A partir dali ela acompanha a trajetória do PT nos meandros de sua organização institucional e de sua inserção na legislação eleitoral, para desembocar em seu desempenho nas campanhas eleitorais.

O balanço geral da análise de Margaret a leva a definir o fato novo representado pelo PT a partir de que ele se propôs a "ser um partido que expressava os interesses dos trabalhadores e dos pobres na esfera pública".

Em segundo lugar, porque procurou ser um partido internamente democrático e, em terceiro, por querer representar a todos os seus membros e responsabilizar-se perante eles pelos seus atos. Numa lógica de movimento e não de finalidades - na linguagem de Margaret - o PT aparece como catalisador e como participante, como representante e ao mesmo tempo ensejador daquilo que ele quer representar. Nessa dicotomia e naquela entre as mudanças "vindas de cima" e as "vindas de baixo" se joga o destino do PT e o da própria democracia brasileira, à qual o partido tem intrinsecamente vinculado seu destino.

EMIR SADER

Também sobre o PT, dois outros livros foram lançados recentemente. Em *algum lugar do Passado*, do jornalista Celso Marcondes, conta a história da gestão petista na administração municipal de Campinas, desde a escolha de Jacó Bittar como candidato até o rompimento entre este e o Partido, em março de 1991. Marcondes foi, no período, um dos principais dirigentes do PT naquela cidade.

Experiência completamente diferente é relatada em *Santos: mil dias de governo popular*. Neste livro, Davi Capistrano - chefe de Gabinete da prefeita Telma de Souza - analisa a experiência da prefeitura de Santos, destacando algumas características que a marcaram desde o princípio, como a coalizão democrática e popular que dirige a cidade ou a iniciativa política da prefeitura para deter as demissões massivas ocorridas no Porto de Santos, no início deste ano.

PT - A lógica da diferença
Margaret E. Keck
Editora Ática, 360 p.

Em algum lugar do passado
Celso Marcondes
Ed. Brasil Urgente, 196 p.

Santos: mil dias de governo popular
Davi Capistrano
Ed. Brasil Urgente, 142 p.

AMAZÔNIA

Árvore boa é árvore de pé

Seminário identifica causas da devastação e aponta alternativas para a região

Como gerar energia elétrica na Amazônia sem agredir o homem e a natureza? Indagações como esta fizeram parte do Seminário sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Amazônia, que se realizou em Manaus de 15 a 17 de novembro, promovido pela bancada federal do Partido dos Trabalhadores. O Seminário reuniu cientistas, pesquisadores, parlamentares, empresários, trabalhadores, índios, religiosos, o governo paralelo e representantes do governo Collor.

TERRA ARRASADA. O seminário traçou um painel dos efeitos e impactos provocados pelos grandes projetos e a auto-proclamada "política desenvolvimentista" para a Amazônia. As discussões sempre se preocuparam em apontar alternativas concretas para o desenvolvimento da região.

Uma questão central foi a de assegurar o máximo de "floresta em pé" com a utilização de áreas de várzeas para a produção de alimentos. Enfatizou-se, nas mesas e debates, a ausência da população na elaboração dos planos de governo para a região durante a ditadura militar e os governos Sarney e Collor. O presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva, qualificou a política aplicada na região como de "terra arrasada", responsável pela devastação de 400 mil quilômetros quadrados de floresta de 1965 a 1990.

A política de incentivos fiscais beneficiou os grandes grupos econômicos nacionais e transnacionais, intensificando a concentração da propriedade da terra, os conflitos fundiários e a invasão das reservas indígenas. A construção de grandes usinas elétricas, como as de Tucuruí e de Balbina, destinadas a fornecer energia subsidiada a grandes projetos na região, deixou atrás de si um rastro de saque e destruição. Lavradores perderam suas terras, territórios indígenas foram alagados e a imensa massa vegetal submersa facilitou o surgimento de pragas e mosquitos até então desconhecidos, além de doenças de pele e o desaparecimento de algumas espécies de peixes.

MILÍCIAS PRIVADAS. Os garimpos se multiplicaram, na busca de ouro e outros minerais. Em seguida vieram as empresas mineradoras, com milícias privadas e fora de qualquer controle. Ninguém sabe ao certo o que extraem do subsolo e quanto faturam.

Em compensação, todos conhecem muito bem os efeitos do mercúrio que utilizam, e que está destruindo rios da região, como o Tapajós.

Durante o seminário surgiram propostas para avaliação e



PARTICIPANTES

Participaram do Seminário o Professor Aziz Ab'Saber, coordenador de meio ambiente do governo paralelo; Lula, presidente do PT; Yves Cochet, deputado do Partido Verde no Parlamento Europeu; Orlando Valverde, presidente do Conselho Nacional de Defesa da Amazônia; Marcus Barros, reitor da Universidade Federal do Amazonas; Ovidio Gaspareto, da Federação das Indústrias do Estado do Pará; Heraldo Maués, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos; José Genoíno, líder da bancada federal do PT; poeta Thiago de Mello; Murilo Lemos Passos, diretor de Meio Ambiente da Cia. Vale do Rio Doce; representantes da Funai, do Ibama, do Inbra e do Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas para a Amazônia, ligado à Sec. de Ciência e Tecnologia); e os deputados federais Ricardo Moraes (PT-AM), Paulo Rocha (PT-PA), Laurival Freitas (PT-AP), Valdir Ganzer (PT-PA) e estaduais José Carlos Lima (PT-PA), Sebastião Nunes (PT-AM), Osmarino Rodrigues (PT-AC), Nilson Mourão (PT-AC), Luis Vila Nova (PT-MA) e Serys Shessarenko (PT-MT).

A PROPOSTA DO GOVERNO PARALELO

O documento do Governo Paralelo, elaborado pelo professor Aziz Ab'Saber, afirma que qualquer programa para a área deve levar em conta a sua diversidade cultural, étnica e biológica. O seu nome é "Amazônia: proteção ecológica e desenvolvimento com o máximo de floresta em pé" e propõe como passo inicial um zoneamento ecológico e econômico visando a regionalização do território, que seria dividido em células de 100 a 200 mil quilômetros quadrados.

Com isso é possível diagnosticar especificidades regionais e fazer um balanço da infra-estrutura existente, além de uma reavaliação dos recursos naturais aproveitáveis e das aspirações das comunidades residentes. O documento prevê quatro meses para a realização deste levantamento.

Mas propõe desde já a reunião des-

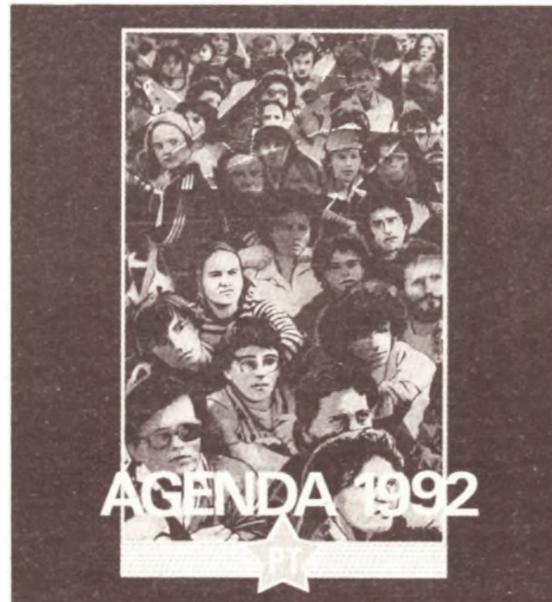
sas áreas em quatro grandes agrupamentos regionais: o primeiro, na calha ao norte do rio Amazonas; o segundo, constituído pelo próprio corredor da bacia amazônica, do Solimões até o Golfo Marajoara; o terceiro com as terras do sul da grande calha, do Acre ao Nordeste do Pará. O quarto grupo compreende áreas disseminadas de apossamento fundiário e de ocupação caótica e conflitiva, que se estendem desde Rondônia até os rios Araguaia e Tocantins.

O estudo ressalta que nos quatro agrupamentos existem áreas a serem preservadas, "se possível para todos e sempre", como "bancos de germoplasma" de valor planetário. Mas define que podem haver áreas liberadas para exploração controlada, de tipo auto-sustentado, sob legislação e fiscalização específicas. (P.R.F.)

controle desses grandes projetos por parte da sociedade civil, envolvendo as esferas municipal, estadual e federal. Apontou-se a necessidade de estudos sobre o aproveitamento do solo das várzeas para a produção de alimentos e sobre fontes alternativas para a geração de energia elétrica. Todas as propostas devem levar em conta o bem estar dos povos da região, bem como o respeito à diversidade étnica, biológica e cultural. Os relatórios do encontro serão enviados aos Estados da Amazônia, juntamente com o documento elaborado pelo Governo Paralelo (ver quadro), para servirem de subsídio a seminários estaduais que deverão se seguir. Em março de 1992 deverá se realizar o 2º Seminário sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Amazônia, no sentido de sistematizar uma proposta de desenvolvimento regional.

PAULO ROBERTO FERREIRA,
de Manaus

CHEGOU!



Procure no seu Diretório

(ou envie cheque nominal de Cr\$ 6.000,00 ao Diretório Nacional do PT Rua Conselheiro Nébias, 1052 - CEP 01203 - São Paulo/SP)

PT quer frente ampla

Para crescer mais, campanha pela escola pública vai ganhar caráter supra-partidário

O Partido dos Trabalhadores lançou no último dia 8 de novembro, na sede do Sindicato dos Condutores de S. Paulo, a campanha nacional "Escola Pública de Qualidade é Possível e Necessária". A campanha, embora proposta pelo PT, deve ter uma característica supra-partidária, com o objetivo de sensibilizar toda a sociedade civil para combater a crise e o mau estado da Educação no país. O ato de lançamento contou com a presença de 400 pessoas - entre elas Lula, presidente do partido, o senador Eduardo Suplicy (PT - SP), representantes de diversas bancadas petistas municipais, estaduais e federal, de secretarias da Educação e do movimento sindical, como a Central Única dos Trabalhadores e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Durante o ato prestou-se uma homenagem ao Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, que, congregando cerca de 30 entidades da sociedade civil de expressão nacional, acompanhou os trabalhos da Constituinte e agora se empenha, em Brasília, por uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de caráter democrático e popular.

UMA LEI AVANÇADA. Todos os oradores destacaram o binômio desenvolvimento social/educação, e a importância de uma lei rigorosa que defina os parâmetros para um sistema nacional de educação integrado. Esta definição veio acompanhada pela constatação de que é necessário todo o empenho para que uma nova ofensiva conservadora não desfigure o projeto do LDB que ora tramita no Congresso Nacio-



PAULIZ ZIBERMAN

nal, fruto de três anos de discussão entre parlamentares e entidades representativas da sociedade civil.

Os participantes também destacaram a necessidade do ato multiplicar-se pelos estados até 15 de dezembro. A deputada Bia Pardi (PT - SP) destacou que o PT tem autoridade para liderar uma campanha desse porte porque "a política das administrações petistas tem demonstrado que a qualidade do ensino público é possível". Como pontos positivos, Bia apontou a valorização

profissional dos educadores, os projetos pedagógicos para diminuir os índices de evasão e repetência, a democratização do acesso, a ampliação do número de vagas, a valorização dos Conselhos de Escolas, com o consequente envolvimento de alunos, pais e funcionários como agentes do processo educativo.

TAREFA GIGANTESCA. A crise da educação no Brasil está chegando ao ponto de não ter mais dimensão. João Felício, presidente da Associação dos Professores do

Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp, hoje sindicato), e suplente de senador por São Paulo, destacou que a queda no investimento em escola pública nos conduziu a uma situação desastrosa. "Temos hoje 8 milhões de crianças fora da escola e pelo menos 40 milhões de analfabetos", avaliou.

Disse que a desvalorização profissional do professor está entre os fatores decisivos para a queda da qualidade na escola pública em geral: segundo ele, para atingir o poder de compra que um professor da rede pública tinha no Estado de São Paulo no início dos anos 60, hoje o reajuste salarial teria de ser da ordem de 650%.

Gerson Bittercourt, tesoureiro da União Nacional dos Estudantes, disse que a iniciativa do PT é inédita na história partidária, e que as entidades que atuam na área da educação a vêem com simpatia. "Todos os setores da sociedade precisam se contrapor à tendência à privatização do ensino que continua no Governo Collor", destacou. Ressaltou ainda que de 4 a 8 de dezembro o Conselho Nacional de Entidades de Base (Coneb), de que a UNE faz parte, deverá se reunir na Universidade de São Paulo tendo, na pauta, a apreciação desta campanha deflagrada pelo PT.

Finalizando sua entrevista, o presidente da Apeoesp resumiu um dos sentimentos gerais presentes entre os participantes do ato: "Ao lado de questões como moradia ou reforma agrária, somente o estímulo à educação fará com que o Brasil chegue ao século XXI em condições mais favoráveis".

MARISA MELIANI



CAMISINHA NA TV

Uma das companhias de TV norte-americanas, a Fox Broadcasting, anunciou que vai passar a divulgar publicidade sobre preservativos sexuais. A publicidade colocaria ênfase no combate à Aids e demais doenças contagiosas, deixando-se de lado o tema do controle de natalidade. Entretanto, as grandes companhias do NBC anunciaram que manterão sua política de não divulgar publicidade sobre preservativos.

A decisão da Fox foi anunciada após a revelação pelo astro do basquete, Magic Johnson, de que fora contaminado com o vírus HIV. A Fox vai começar sua publicidade com o lançamento de um preservativo dirigido para adolescentes e universitários. Há críticas crescentes dirigidas às grandes cadeias de TV por permitirem cenas de amor cada vez mais realistas, ao mesmo tempo em que mantm a interdição dos preservativos na publicidade.

SEXISMO EM WALL STREET

A polêmica entre o juiz Clarence Thomas e Anita Hill, provocou uma verdadeira onda anti-sexista nas principais investidoras de Wall Street, o grande centro financeiro de Nova Iorque. Mais de meia dúzia dessas grandes investidoras baixaram instruções exigindo a suspensão de toda e qualquer discriminação sexista entre seus quadros e locais de trabalho. O fato é que a prática sexista em Wall Street subsiste - o que vai desde a colocação de cartazes pornográficos à resistência em contratar e permitir a ascensão de mulheres na escala funcional. No que se refere à contratação, houve uma sensível melhora, com 40% dos empregos, por exemplo, nas dez principais seguradoras de Wall Street, pertencendo hoje a mulheres. Mas apenas 4% dos cargos de direção são ocupados por elas. Alguns executivos apontam como razão para essa baixa taxa de ascensão o que chamam de "decisões quanto ao estilo de vida", ou seja, principalmente, segundo eles mesmos, as opções por trabalhar menos horas e ter filhos.

SAÚDE

Pintou limpeza em Santos

A administração petista abole preconceitos no combate à AIDS

O boletim epidemiológico de 22 de julho de 1991 da cidade de Santos, no litoral paulista, trazia alguns números impressionantes sobre a Aids na cidade: 1.753 casos da síndrome, sendo 1.673 em adultos e 80 em crianças com menos de 15 anos. Isto representa 63% dos casos da Baixada Santista e do Litoral Sul (até Peruíbe), onde o total de infectados é de 2.792.

Em Santos, 76,52% dos infectados são do sexo masculino e 23,48% do sexo feminino: a proporção é de três para um, enquanto no estado a relação é de sete para um e no Brasil de oito para um. Na cidade, há 32,72 casos para cada 100 mil habitantes; e em 50,5% dos casos conhecidos o paciente adquiriu contato com o vírus através do uso de drogas endovenosas.

PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO. Diante desses dados a Prefeitura de Santos iniciou um amplo pro-

grama de esclarecimento sobre as formas corretas de higienização das seringas e agulhas. O programa, chamado de "Pintou Limpeza", envolve a distribuição e afixação de cartazes nos locais de maior incidência dos casos, além da recomendação do uso de camisinhas nos relacionamentos sexuais dos usuários de drogas.

Pesquisas realizadas em Santos com o patrocínio da Universidade da Califórnia, mostraram que entre 100 entrevistados, 61 tinham a limpeza de agulhas e seringas como rotina. Só que destes, 64% usavam água fria, 24% usavam substâncias variadas, como perfume, água sanitária ou desodorantes, e apenas 2% usava álcool.

O álcool e o hipoclorito de sódio são os produtos mais eficazes na limpeza. Daqueles 100 entrevistados, 57 eram portadores do vírus HIV e não sabiam, 65 disseram emprestar seringas.

CASA PARA PACIENTES. A metodologia de combate à síndrome em Santos envolveu a criação de uma Casa de Apoio e Solidariedade ao Paciente de Aids (CASA).

A Casa foi criada para abrigar pacientes que ou foram abandonados pela família ou não têm condições materiais de sobrevivência. Em dois anos a Casa já abrigou 113 pacientes.

A Casa apresenta um trabalho com grupos de atividades terapêuticas, e há cerca de um ano abriu oficinas de trabalho que aceitam encomendas do público e comercializam a produção em regime de cooperativa. Estão em funcionamento oficinas de costura, silkscreen, faixas promocionais, madeira e cartões em papel vegetal trabalhado.

Além da campanha e da Casa, a Prefeitura de Santos conta atualmente com um Centro de Referência, dotado de enfermaria e com retaguarda médica, psico-

lógica e social; serviço telefônico para orientação do público; e 20 unidades de saúde capazes de diagnosticar, orientar e acompanhar casos.

ASSINE JÁ **BRASIL AGORA** ASSINE JÁ

PREENCHA EM LETRA DE FORMA. Envie cheque nominal e cruzado a João Machado Borges Neto. Alameda Gleite, 1049 - Sta. Cecília - CEP 01215 - São Paulo/SP - Brasil Fones (011) 220.7198, 222.6318 e 220.7718

NOME _____

END. _____ Nº _____ APTO _____

MUNICÍPIO _____

FONE _____ UF _____ CEP _____

PROFISSÃO _____

- Assinatura 12 edições Cr\$ 10.800,00
- Assinatura para o exterior US\$ 40,00
- Assinatura de apoio Cr\$ 18.000,00
- Assinatura 25 edições (anual) Cr\$ 21.600,00
- Assinatura de apoio (anual) Cr\$ 36.000,00

Luta na



Mourad: a intifada não é negociável

Terra Santa

Primos entre si, judeus e palestinos deveriam viver em paz. Quem os divide - e acirra a luta no Oriente Médio - é o governo sionista de Israel, afirma nesta entrevista Emir Mourad, diretor da Sociedade Árabe Palestino Brasileira, que representa a comunidade palestina no Brasil.

OLP

IMAGEM DA NAÇÃO PALESTINA

O Organização para a Libertação da Palestina (OLP) surgiu em 1964. Seu Comitê Executivo equivale ao poder executivo. O presidente do Comitê, Yasser Arafat, é considerado presidente do Estado palestino.

O Conselho Nacional Palestino equivale ao poder legislativo, e é integrado por representantes de partidos e das organizações palestinas, por representantes do movimento popular e sindical e por palestinos de fora dos territórios ocupados, independentes e personalidades. A OLP é reconhecida por mais de cem países e tem escritórios com status de embaixada em muitos deles, incluindo, México e Cuba. No Brasil, há um escritório de representação. Dos cerca de 6 milhões de palestinos, 500 mil estão na América Latina, 40 mil deles no Brasil.

Os judeus são responsáveis pelo chamado holocausto palestino?

Não. Os judeus são primos dos palestinos. Mas há uma política comandada pelo governo israelense, inspirada no sionismo - que é a base da fundação do Estado de Israel -, que promove a expulsão sistemática dos palestinos dos territórios ocupados para anexá-los.

O que os palestinos pretendem atualmente?

Os palestinos lutam pelo seu direito inalienável ao retorno, à autodeterminação e à criação do estado palestino independente, a Palestina, com capital em Jerusalém.

Esse é o nosso objetivo, que se baseia em resolução da ONU, ou seja, está sob os auspícios da legalidade internacional. Quem foge da legalidade internacional é o Estado de Israel, o seu governo, que até hoje não cumpriu nenhuma resolução da ONU.

Os palestinos reconheceriam o Estado de Israel?

Nós negociamos com Israel na Conferência de Madri. A paz não se faz entre os amigos, se faz entre os inimigos. (ver artigo na pág. 11)

Jerusalém é uma cidade sagrada para os muçulmanos, os cristãos e os judeus. O que vocês propõem para a cidade?

A gente proporia isso mesmo: que ela seja a cidade das três reli-

giões e não apenas de uma. Acha-mos que Jerusalém deve ser aberta, livre ao acesso de todas as confissões religiosas, deve ter um status internacional. Isso não impede que ela seja inclusive capital de dois estados.

Você acredita que as negociações iniciadas em Madri vão dar algum resultado?

Eu acho que é um passo importante rumo à paz no Oriente Médio. A delegação palestina que esteve lá é fruto de mais de 40 anos de lutas. É fruto da intifada. O povo palestino, com sua resistência, sua resolução e sua liderança, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), atingiu tal nível que se tornou impossível ignorar a sua presença. Impossível riscar a Palestina do mapa geopolítico.

Então, se os Estados Unidos querem a paz no Oriente Médio, se Israel quer a paz, se qualquer governo árabe quer a paz, ela passa fundamentalmente pela resolução da questão palestina. Nós acreditamos que essa conferência deve ser instrumento de articulação de uma paz global no Oriente Médio, não deve servir apenas como uma trégua no conflito árabe-israelense.

Você fala sempre da OLP como único e legítimo representante do povo palestino. Por que existe tanta divisão no movimento palestino?

Os meios de comunicação, principalmente a imprensa comprometida com os interesses das grandes potências, avaliam a dinâmica interna do movimento palestino da seguinte forma: nos países do Primeiro Mundo que se dizem democráticos, quando há divergências entre partidos, entre posições, isto se chama democracia; e na OLP, quando existem divergências, chamam de divisão.

Nós não aceitamos esse tipo de discriminação.

Mas no mundo árabe e muçulmano, não só no caso da OLP, às vezes a briga interna fica mais forte e dura do que contra os inimigos.

São 21 países árabes; são vários países muçulmanos. Eu acredito que as posições radicais, as posições fundamentalistas, as inflexíveis, fazem parte do contexto de qualquer sociedade, seja no Oriente ou no Ocidente. Não são privilégio de uma cultura ou de um povo.

Dentro de Israel há movimentos de esquerda que defendem uma aproximação com os palestinos, que reconhecem seus direitos. Vocês têm alguma relação com eles?

Existe uma lei em Israel que proíbe o contato de qualquer cidadão israelense com militantes ou membros da OLP. Nós acreditamos que essa lei é um obstáculo para o processo de paz no Oriente Médio. Mas muitos israelenses enfrentam essa lei, muitos foram presos por isso.

Em 29 de novembro se comemora o Dia Internacional da Solidariedade ao Povo Palestino. Por que essa data?

Em 1979, a ONU declarou o dia 29 de novembro como Dia Internacional da Solidariedade ao Povo Palestino porque foi nessa data, em 1947, que a ONU fez o plano de partilha da região. No Estado de São Paulo, essa data foi regulamentada em forma de lei em 1984.

No próximo dia 29 haverá uma sessão solene na Assembléia Legislativa, com a presença de embaixadores árabes, autoridades estaduais e municipais, sindicatos, partidos e entidades do movimento popular.

ISRAEL

O POVO É CONTRA A OCUPAÇÃO

A ocupação dos territórios é injustificável, mas também é verdade que desde 1948 até 1967 os países árabes vizinhos a Israel negaram-se sistematicamente a permitir que os palestinos construíssem uma pátria independente, contrariando a resolução da ONU sobre a partilha da Palestina. Usaram os jovens palestinos como instrumento de fustigação ao Estado de Israel e infligiram aos palestinos verdadeiros *progroms* ("Setembro Negro" e outros). Um estado palestino democrático e socialista sempre foi o maior temor desses estadistas árabes que agora culpam Israel de racismo.

Israel está hoje dividido quanto à devolução dos territórios. Mesmo 43 anos de propaganda intensa não impediram que a maioria do seu povo seja a favor da devolução dos territórios.

WALDEMAR AVRITSCHER, EX-SIONISTA, EX-MORADOR DE ISRAEL. ATUALMENTE MILITA NO PT.

Para os árabes, a palavra *intifada* significa sacudir, no sentido de se livrar de alguma coisa, de despertar. Para os oficiais israelenses, é sinônimo de violenta perturbação da ordem, ou, simplesmente, tumulto. A primeira *intifada* teve início no campo de refugiados de Jedalya, por volta do meio-dia de 8 de dezembro de 1987.



BRASIL AGORA

